

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Maria Teresa Santos Correia Lacerda

Era uma vez uma Bela “reclamona”:

**Perspectivas a respeito do matrimônio e das mulheres a partir da obra A Bela e a
Fera de Madame de Villeneuve**

Uberlândia, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Maria Teresa Santos Correia Lacerda

Era uma vez uma Bela “reclamona”:

Perspectivas a respeito do matrimônio e das mulheres a partir da obra A Bela e a Fera de Madame de Villeneuve

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência obrigatória para a obtenção do título de bacharel e licenciatura em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniela Magalhães da Silveira.

Uberlândia, 2019.

LACERDA, Maria Teresa Santos Correia. Era uma vez uma Bela “reclamona”: Perspectivas a respeito do matrimônio e das mulheres a partir da obra A Bela e a Fera de Madame de Villeneuve. – Uberlândia, 2019.

Orientação: Prof^a Dr^a Daniela Magalhães da Silveira

Monografia (Licenciatura e Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

Palavras-chave: A Bela e a Fera, Matrimônio, Contos de fadas, Mulheres, Madame de Villeneuve.

Maria Teresa Santos Correia Lacerda

Banca Examinadora

Profª Drª Daniela Magalhães da Silveira

(Orientadora)

Profª Drª Ana Flávia Cernic Ramos

Universidade Federal de Uberlândia

Profª Drª Maria Andréa Angelotti Carmo

Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia, 2019.

Dedicado à minha mãe, Maria de Lourdes, quem me ensinou a amar o ensino e me apoiou na realização dos meus sonhos.

“Meus sonhos eram ao mesmo tempo mais fantásticos e agradáveis do que meus escritos. Nesses últimos, eu tinha muito de insinuadora - fazendo mais o que os outros já tinham feito do que realizando as sugestões de minha própria mente [...]. Eu jamais poderia imaginar-me envolvida em aflições românticas ou acontecimentos maravilhosos; contudo, eu não ficava confinada à minha própria identidade, e eu podia povoar aquelas horas com criações para mim muito mais importantes, naquela idade, do que minhas próprias sensações.”

Mary Shelley

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, sou grata a Deus por ter me dado saúde e força nos momentos em que me sentia incapaz de concluir o semestre e realizar os projetos e trabalhos que me eram direcionados. Além disso, agradeço por me proporcionar amigos com os quais partilhei sonhos, e muitas rizadas, que me garantiram o suporte necessário para transformar o trajeto da graduação em um ambiente mais prazeroso.

A todos os meus professores do ensino fundamental e médio que contribuíram para meu ingresso no curso de História em uma renomada instituição federal de ensino. Sobretudo ao meu professor de História Romecarlos, quem me ensinou a amar antiguidade e mitologia egípcia.

A minha professora e orientadora Daniela Silveira, sem a qual eu não conseguiria escrever a minha monografia. Obrigada por cada correção detalhada, pelas sugestões de leitura e abordagem, por ser rígida, quando necessário, e por me incentivar a escrever e a acreditar em meu potencial como futura historiadora. Sou profundamente grata por me acolher na disciplina de História Moderna I com tanto carinho e dedicação em seu retorno. Nunca me esquecerei da professora comprometida que é, e menos ainda da grande amiga que tornou possível o meu sonho de conhecer o Rio de Janeiro por meio da História.

A professora Ana Flávia Cernic Ramos, quem me fez redescobrir o meu amor pelo curso quando a muito já havia me desiludido para com as minhas expectativas. Obrigada por me ensinar a estudar e a planejar minhas fichas de leitura realizando análises críticas de textos e autores. Sua paixão, disciplina e planejamento das aulas, com certeza influíram para que me tornasse a aluna e a professora que sou hoje. Agradeço também ao professor Cléber Vinícius do Amaral, pelo deleite de disciplinas que compunham, de forma engrandecedora, conteúdos a cerca das mitologias grega e egípcia. Além das leituras prazerosas, suas aulas exprimiram os encantos das pesquisas arqueológicas e também agregaram para minha própria experiência por meio do levante de questionamentos e estudos sobre a origem das divindades e do mundo.

A todos os meus professores de curso por me proporcionarem conhecimento crítico e intelectual e por contribuírem para minha formação profissional e pessoal. Agradeço pela oportunidade de aprendizado e acima de tudo por me ajudarem a

desconstruir os meus próprios pré-conceitos. Tenho orgulho em dizer que a História transformou a minha forma de enxergar o mundo, e que isso não seria possível sem uma banca variada de mestres, com pensamentos e narrativas diversas, que estimularam em mim o anseio de lutar pela liberdade de pesquisa e expressão, junto a uma educação que seja de acesso público, gratuito e de qualidade.

Além dos meus mestres profissionais, não poderia deixar de citar minha gratidão aos meus mentores pessoais, que acompanharam toda a minha jornada, desde o nascimento até a conclusão do curso. A minha mãe, Maria de Lourdes Santos, expressei grande respeito e admiração, por ser essa mulher de fibra, forte e humilde que, me ensinou a persistir na conquista dos meus sonhos, e sendo minha professora, me motivou a ser uma educadora comprometida com o ensino e com os alunos. Obrigada por todo aparato necessário para a minha escolaridade e, principalmente, pela paciência e amor dedicados a mim.

Ao meu pai, José Carlos Correia Lacerda, agradeço pelo investimento na gasolina e, por sacrificar suas contadas horas de descanso, me levando para meus compromissos universitários.

Agradeço a minha tia e madrinha Zezé por todo o cuidado e preocupação durante esses quatro anos e meio de viagens da cidade de Prata à Uberlândia. Obrigada por me esperar acordada e por preparar minha comida com tanto carinho.

Agradeço, em especial, ao meu namorado Henrique Junqueira, por todo o respeito, compreensão e paciência durante os dias de cansaço e estresse, e pelas palavras de conforto que me ajudaram a focar em meus objetivos. Obrigada por ouvir e aprender com o meu eu feminista e por permitir que te ajudasse a desconstruir o mundo.

À minha amiga Camila Cunha, com a qual tive o prazer de partilhar minha vida acadêmica além de incontáveis seminários e trabalhos. Serei eternamente grata por me fazer rir (muito) em situações de catástrofe, e pelo tempo que passamos juntas caminhando e fofocando até o portão de saída enquanto me acompanhava até o ônibus.

À Maria Fernanda Ribeiro Cunha, por compartilhar experiências de pesquisa e por me auxiliar na elaboração desta monografia com indicações de leituras e de historiadores memoráveis. Agradeço por cada passeio, lanchinho e papo furado que

partilhamos. Agradeço também à Letícia Simões Malerba, por ler os meus escritos, por me ajudar a estudar para as provas, por me acolher em sua residência quando precisei, e não menos importante, por ser essa amiga de humor satírico que tanto me ajudou a zombar das desavenças de percurso que enfrentamos.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos que de alguma forma, me ajudaram a encarar o curso de forma mais leve. Agradeço também aos meus professores orientadores de estágio que, por meio de leituras obrigatórias sobre as legislações do ensino, contribuíram para a minha aprovação no concurso das escolas estaduais de Minas Gerais.

Resumo

Este trabalho tem por finalidade investigar a versão original do conto *A Bela e a Fera* escrita por Gabrielle- Suzanne Barbot de Villeneuve, mais conhecida como Madame de Villeneuve, publicada no livro *La Jeune Américaine, ou Les Contes Marins* em 1740. O enredo da obra contribui para uma reflexão acerca do matrimônio durante a modernidade, ao passo em que desconstrói o papel das mulheres como submissas e passivas no que tange às relações de poder masculinas, dominadas pelo patriarcado aristocrático e burguês do século XVIII. A chave de compreensão de leitura desta pesquisa baseia-se então, no discernimento das ideologias que influenciam o alcance e os objetivos das publicações literárias de contos, anteriormente transmitidos oralmente, que agora escritos, buscam moldar valores e costumes sociais. Analisa-se também a produção de contos de fadas escritos por mulheres e suas projeções e perspectivas presentes em suas narrativas.

Palavras-chave: A Bela e a Fera, Matrimônio, Contos de fadas, Mulheres, Madame de Villeneuve.

Sumário

Introdução	13
CAPÍTULO I – A Bela que não se Consagrou – comparação e análise das versões de <i>A Bela e a Fera</i>.	19
1.1 Apresentação biográfica: Madame de Villeneuve, Madame de Beaumont	19
1.2 Breve Histórico das Mulheres na Literatura	21
1.3 O processo editorial da obra <i>A Bela e a Fera</i>	25
1.4 Público alvo	31
Capítulo II- “<i>Minha vida está à sua disposição?</i>” – resistência e aceitação dos costumes matrimoniais do século XVIII.....	34
2.1 O matrimônio durante a modernidade	34
2.2. A conduta da “boa esposa”: sexualidade e maternidade	38
2.3. Representações do casamento em <i>A Bela e a Fera</i>	49
2.4. Literatura moderna e o patriarcado	57
Capítulo III- Bela, que educa, mas que protesta – recepção e representação da obra como meio de formação de condutas sociais.....	59
3.1 Educação e saber em <i>A Bela e a Fera</i>	59
3.2 Como aplicar o conto <i>A Bela e a Fera</i> nas técnicas de ensino-aprendizagem?	67
Considerações Finais	73
Referências	75

Introdução

Era uma vez, um comerciante bem-sucedido, que vivia na metrópole com seus doze filhos, seis rapazes e seis moças. Após perder tudo o que havia conquistado ao longo de sua vida em um incêndio, viu-se obrigado a mudar para o interior. Ao receber a notícia de que um de seus navios aportara com carga valiosa, o velho homem parte em direção à cidade para capturar seus bens e promete trazer um presente para cada uma de suas filhas.

Bela, a filha caçula, pede-lhe uma rosa, na tentativa de evitar gastos desnecessários, e ao retornar para casa, cumprindo seu dever, seu pai apanha uma flor de uma roseira, sendo abruptamente interrompido por uma Fera medonha, que irritadíssima, o aprisiona com a condição de perdô-lo, caso a entregue uma de suas filhas.

Ao retornar para casa, e contar sua atual situação de prisioneiro, Bela, um ser provido de virtudes inigualáveis, se sacrifica pelo pai, pois, sentia-se culpada por todo o alvoroço. Porém, ao ser recebida no castelo pelo monstro, e após se submeter às suas ordens e autoridade, recusa seu único pedido: “ aceita dividir o leito comigo?”¹ Ora, tal recusa não ocorrera uma, nem duas ou três vezes, mas foram frutos da teimosia da moça que durante a primeira parte do conto se rebela em se comprometer com aquele que não ama, ou é muito feio, ou nem sequer conversa direito. Mas como todo conto de fadas tem sua moral: a jovem se rende, e não se permite levar pelas aparências.²

Os contos de fadas publicados na França entre os séculos XVII e XVIII consistem em um longo processo de personificação e adaptação para a prosa de histórias orais transmitidas nas sociedades europeias. A introdução na literatura escrita de histórias populares se insere na corte francesa no fim do século XVII, com as publicações de Charles Perrault, como “*Histoires ou Contes du temps passé avec des*

¹ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
² BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

moralités (Histórias ou Contos de antigamente com moralidades), com oito contos em prosa seguidos de moralidades em verso.”³

Ao serem traduzidos e reescritos em outros países muitos contos perdiam sua legitimidade criadora, pois, não eram identificados seus autores, visto que as edições visavam preparar conteúdos úteis à educação infantil, ao mesmo tempo em que guiava as crianças nos caminhos “virtuosos” do bem, de acordo com os costumes e práticas recorrentes de seu período.

No Brasil, somente no século XXI é que o leitor será apresentado ao autor em prefácios, textos de apresentação e comentários que descrevem a vida e obra dos escritores dos contos. No entanto, por meio da reescrita, ocorre também a ressignificação de ideologias e simbolismos, que tornam seus reescritores tão importantes como seus escritores, no que diz respeito à sua recepção pelos leitores populares. Para Márcia Amaral Peixoto e Anna Olga Prudente:

“A literatura traduzida é vista sob o prisma dos Estudos Descritivos da Tradução, sendo entendida portanto como um sistema pertencente ao polissistema literário em que se insere, e, conseqüentemente, ocupando uma posição que não é fixa, mas sim o resultado de uma série de influências e coerções, as quais impingem uma hierarquia dinâmica entre sistemas (EVENZO HAR, 1990). Nosso enquadre metodológico é o esquema para descrição de traduções proposto por Lambert & Van Gorp (2011), a partir do qual a tradução passa a ser analisada como resultado das relações específicas que ocorrem entre os parâmetros básicos envolvidos na atividade tradutória: o autor, o texto e o leitor das culturas fonte e meta constituídos tanto *intra* como *inter* sistemas.”⁴

Partindo deste pressuposto, o que determinaria o sucesso de uma obra não seriam somente os gastos investidos em sua publicação ou o nome de seu autor, mas sim uma série de costumes, práticas, ideologias e poder, que remetem às instituições envolvidas no processo criador, e levariam a canonização de ideias e normas de conduta que podem ser aceitas por seus respectivos leitores.

³ OLIVEIRA, Anna Olga Prudente de; MARTINS, Márcia Amaral Peixoto. *A NOVA EDIÇÃO DOS CONTOS DE PERRAULT: REGINA ZILBERMAN RESSIGNIFICA WALCYR CARRASCO*. Cad. Trad., Florianópolis, v. 36, n. 1, p. 175-193, Apr. 2016 pp 177

⁴ OLIVEIRA, Anna Olga Prudente de; MARTINS, Márcia Amaral Peixoto. *A NOVA EDIÇÃO DOS CONTOS DE PERRAULT: REGINA ZILBERMAN RESSIGNIFICA WALCYR CARRASCO*. Cad. Trad., Florianópolis, v. 36, n. 1, p. 175-193, Apr. 2016 pp 182

A subversão da universalidade dos contos, inseridos na lógica da história da ausência de um passado é trabalhada por Jack Zipes⁵, que dismantela a suposta “neutralidade” e imutabilidade dessas narrativas, ao inseri-las em relações de tempo e espaço específicos, que aceitam como legítimos os valores propostos por essas obras. Já no século XVII, os contos de Perrault construíram imagens de mulheres unidimensionais, de acordo com a perspectiva da narrativa, nas quais elas variam entre boas e más. Enquanto a maldade era punida com a pobreza e a feiura, as mulheres “boas” eram resguardadas com a “bondade, submissão e obediência, paciência, aceitação de uma situação dada, compaixão, generosidade e graça. Esses atributos femininos estão "à disposição" de um homem que os reconheça e se case com aquela que os porte.”⁶

Todavia, há diferenças de perspectivas sobre o “feminino” retratado em contos produzidos por homens, como Charles Perrault, e em contos produzidos por mulheres, como fazem as escritoras de *A Bela e a Fera*, no século XVIII. De acordo com Anete Abramowicz :

“A mulher é quem fará as vestimentas humanas e fará o homem-animal aceitar a casa como uma ocupação doméstica. O modelo cultural simbólico do matriarcado que designa a mulher como a iniciadora da ação e da integração do homem foi constantemente colocado em questão durante os séculos, tanto na tradição oral quanto na literária. Isso resulta que, no fim do século XVII, a salvação feminina só pode ser cumprida com o "sacrifício" da mulher ao homem, na casa ou no castelo, em submissão simbólica às regras patriarcais. A partir daí os contos elaboram configurações, produzindo, assim, uma constelação estético-ideológica em que a autoridade do macho exerce seu poder de professor ou de moderação sobre a mulher, construída como ingênua, volúvel e fraca. Para provar seu valor, a jovem mulher deve revelar, pelas suas ações, as qualidades de modéstia, perspicácia, humildade, esforço e virgindade e deve ter a capacidade de esquecer-se de si. O jovem homem é geralmente mais ativo e deve revelar suas características, tais como a força, a coragem, a sagacidade, a lealdade e por vezes o instinto de matar.”⁷

Em diálogo com os argumentos apresentados, estudamos aqui, nesta pesquisa, a versão da obra *A Bela e a Fera*, de Madame de Villeneuve, cuja primeira publicação é datada de 1740, na França. O conto original transige a caracterização da personagem Bela por meio dos aspectos necessários para a construção do ideal de “boas esposas” repletas de virtudes, porém, não omite os anseios e nem o ativismo de ideias da jovem,

⁵ ABRAMOWICZ, Anete. *Contos de Perrault, imagens de mulheres*. Cad. CEDES, Campinas , v. 19, n. 45, p. 80-98, July 1998 .

⁶ ABRAMOWICZ, Anete. *Contos de Perrault, imagens de mulheres*. Cad. CEDES, Campinas , v. 19, n. 45, p. 80-98, July 1998 .

⁷ ABRAMOWICZ, Anete. *Contos de Perrault, imagens de mulheres*. Cad. CEDES, Campinas , v. 19, n. 45, p. 80-98, July 1998 .

que durante a primeira parte do conto, luta pelo seu direito de permanecer solteira ao recusar dividir o leito com a Fera.

Contudo, a versão do conto de Madame de Villeneuve não é a mais conhecida, pois em 1756 foi lançado por Jeanne-Marie Leprince de Beauont, na revista *Magasin des Enfants*, a obra popularizada nos dias atuais. A reescrita de Madame de Beaumont ocultou detalhes apresentados no conto original, como o numeroso número de personagens, a história da família de Bela, a origem da Fera e sobretudo a relutância da protagonista em aceitar o convite da Fera para dividir o leito, como é apresentado na primeira parte do conto.

A narrativa, porém, se canoniza diante dos costumes do século XVIII, permitindo que as denúncias feitas por Madame de Villeneuve fossem “encobertas”, quando transmitidas para o público infante-juvenil e, por mais que a autora contribuísse com a leitura de obras que “estavam submetidas ao escrutínio da administração francesa”⁸, seu enredo crítico, quando reescrito, submeteu-se à manipulação não só do conteúdo, mas também de sua autoria escrita, que foi ocultada.

É inteligível salientar, portanto, que não é objetivo deste trabalho creditar à “transcendência” da literatura de Madame de Villeneuve, tanto como autora, como de sua obra para a posteridade, pois sim, historicizá-la conforme predita o ofício do historiador, analisando a obra como testemunho histórico de relevância para o trabalho com a história social e neste caso, história social das mulheres letradas do século XVIII. Sendo assim, pretendo dessacralizar a obra submetendo-a a um interrogatório que se baseia em questões que levem em consideração suas condições de produção, suas interpretações e chaves de leitura e formas de concepção da obra por sua autora, junto à lógica social literária do período.⁹

Tal como postulado, a proposta da pesquisa é analisar as referências ao matrimônio como destino das jovens na obra *A Bela e a Fera*, de Madame de Villeneuve, e compreender as críticas feitas pela protagonista e como estas foram possivelmente recebidas por seus leitores e leitoras. É inegável, porém, o número de

⁸ LACERDA, Rodrigo. *A Bela e a Fera: Fontes e versões de uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. pp 22.

⁹ CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*/ organizadores, Sidney Chalhoub, Leonardo Affonso de Miranda Pereira. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1998. – História do Brasil.

pesquisas que norteiam o enredo produzido por Madame de Beaumont como narrativa reescrita do conto *A Bela e a Fera*, de 1740. Contudo, é viável apresentar uma discussão sobre o “esquecimento” da versão de Madame de Villeneuve e principalmente, sobre a interpretação da autora no que diz respeito aos arranjos matrimoniais e às angústias de jovens donzelas que tinham por obrigação se casar com completos desconhecidos, alheios às suas expectativas nutridas pelo casamento por “amor”, e a igualdade de direitos e participação no conúbio.

Apresento, pois, no primeiro capítulo desta monografia, um breve histórico do conto e de suas autoras, assim como das mulheres na literatura, problematizando o processo editorial da obra *A Bela e a Fera*. Para isso, foram estudadas suas versões do ano de 1740, de Madame de Villeneuve, e de 1756, de Madame de Beaumont nas quais são apontadas semelhanças e diferenças que incorrem aos enredos e suas conjunturas temporais.

Por conseguinte são estudadas as representações dos arranjos e laços de matrimônio no conto, nos quais buscamos identificar os antecedentes históricos do período moderno e suas descrições elaboradas por escritoras mulheres, as quais se distanciam das narrativas masculinas preexistentes. Neste capítulo procuramos realizar considerações sobre a passividade e submissão de mulheres, ao passo em que criticamos a alegoria do conto de Madame de Villeneuve em constituir uma protagonista que se aproxima de medos reais e projeções futuras de mulheres com relação ao casamento com homens por vezes desconhecidos e anos mais velhos que suas esposas.

Por fim, são problematizadas a educação e o saber no conto *A Bela e a Fera* junto ao alcance do conto às mulheres do século XVIII. Além disso, após direcionar o proveito da obra enquanto objeto de formação educacional para as mulheres do seu período, nota-se a importância de apontar recursos para o uso da narrativa como instrumento de ensino aprendido de testemunho histórico no século XXI.

Inserir os autores e suas obras literárias no processo de historicidade, consiste em submetê-los a um processo de inquérito correspondente a complexas investigações e especulações que se tornam viáveis à discussão proposta. É claro que nem sempre as expectativas do “detetive” são atendidas, mas quando elaboradas de maneira coerente com os padrões de pesquisa históricos, conseguem, com isso, obter provas que

constituem o núcleo das narrativas do discurso.¹⁰ Esta pesquisa não visa vislumbrar uma literatura que se distancia dos padrões, ou rompe com os modelos literários de sua época, mas analisar como que inserida em seu contexto histórico, compunha a existência de sujeitos que modificam estruturas dadas como homogêneas, por meio de denúncias e questionamentos.

¹⁰ GINZBURG, Carlo. *Relações de força: História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp 63

CAPÍTULO I – A Bela que não se Consagrou – comparação e análise das versões de *A Bela e a Fera*.

1.1 Apresentação biográfica: Madame de Villeneuve, Madame de Beaumont

A literatura europeia recebe um novo olhar a partir do século XVIII, quando ocorre a inserção de um novo gênero narrativo em seu cenário, até então, predominado por homens membros das mais altas camadas sociais. As mulheres introduzem às obras já existentes, uma perspectiva nova sobre os costumes, as leis, as crenças, as tradições e como estas eram assimiladas no campo da vida privada. Neste primeiro capítulo, analiso um pouco sobre a vida e as obras das seguintes autoras: Gabrielle-Suzanne Barbot (Madame de Villeneuve) e Jeanne-Marie Leprince de Beaumont, e como as versões do conto *A Bela e a Fera* influenciaram as mulheres dos séculos XVIII e XIX, levando-as a expressarem seus direitos e lutarem pelos seus ideais, principalmente no que diz respeito ao matrimônio e à libertação das condutas patriarcais, referentes ao período histórico em que foram elaboradas e publicadas.

Nasce em Paris, em 1685, a autora da versão original do conto *A Bela e a Fera*. Gabrielle-Suzanne Barbot casou-se aos vinte e um anos de idade com o militar Jean-Baptiste de Gaalon de Barzay, mais conhecido como senhor de Villeneuve, compondo, então, parte da aristocracia da cidade de Poitou e assinando o nome de Madame de Villeneuve. Em 1711, Jean-Baptiste falece, deixando a família em grandes dificuldades financeiras, sendo necessária a mudança de Gabrielle para Paris, onde se dedicou à escrita.¹¹

As fontes documentais existentes acerca da vida e obra de Madame de Villeneuve não passam, porém, de apontamentos, que descrevem sobre suas dificuldades financeiras e matrimoniais. Gabrielle-Suzanne descendia da família dos Barbot, protestantes da comuna de La Rochelle. Seu casamento foi conturbado e, segundo relatos existentes, seis meses após sua união, ela havia pedido a partilha dos bens, uma vez que seu marido já tinha consumido ambos os dotes. Os Villeneuve

¹¹ LACERDA, Rodrigo. *A Bela e a Fera: Fontes e versões de uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

tiveram uma filha, Marie Louise Suzanne, porém, não há registros de que tenha sobrevivido até a vida adulta.¹²

Já no ano de 1734, Gabrielle-Suzanne Barbot se envolve com o dramaturgo e censor literário do rei Luís XV ao publicar seu livro, *Le Phoenix conjugal*. Seu romance com Crébillon durou até o ano de 1755, quando a autora veio a falecer. Em 1740, Madame de Villeneuve publicou o conto de fadas *A Bela e a Fera*, na coletânea *La Jeune américaine*.¹³ Quatro anos mais tarde, anunciou a publicação de outro livro *Contes de cette année*, e, em 1745, lançou *Les Belles solitaires*. Seu romance mais famoso é propagado em 1753, com o nome de *La jardinière de Vincennes*. Este obteve quinze reproduções até o ano de 1800. Cerca de um ano mais tarde, a autora veiculou *Le Juge prévenu* e, em 1755, faleceu aos 60 anos de idade.

Madame de Villeneuve seguiu a linha dos contos de fadas escritos por Charles Perrault e Madame D'Alunoy. Suas obras criticavam a estrutura hierárquica de arranjos matrimoniais de jovens de catorze anos casadas com homens décadas mais velhos. Segundo Rodrigo Lacerda:

“Seu enredo para a Bela e a Fera criticava de forma alegórica, o sistema matrimonial então vigente, no qual jovens donzelas de quatorze e quinze anos eram casadas contra a sua vontade, com homens as vezes décadas mais velhos, sem poder recusar-lhes seu corpo ou o controle sobre seus bens e sem o direito de se divorciar.”¹⁴

Pode-se perceber como os contos de fadas escritos por mulheres, por meio de condutas moralizantes, introduziam a literatura a uma íntima aspiração a melhores condições de vida, nas quais o matrimônio seria um elo de união, igualdade, respeito e amor, denunciando, então, a realidade escondida por trás de arranjos que almejavam ascensão social e econômica.

A versão mais popular da obra *A Bela e a Fera* data de 1756 sobre a transcrição de Jeanne-Marie Leprince de Beaumont para uma revista, cujo direcionamento era a educação formal de moças, intitulada, *Magasin des Enfants*. A autora nasceu em 1711, em Rouen, em uma família de classe média. Aos quatorze anos iniciou um ensino preparatório para freiras, no qual educava moças mais jovens e, em 1735, desistiu da carreira eclesiástica e foi viver com seu pai, sendo cogitada para o trabalho de dama de companhia e professora de música de Élisabeth- Thérèse na comuna de Lunéville

¹² Ibidem

¹³ LACERDA, Rodrigo. *A Bela e a Fera: Fontes e versões de uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. pp. 22

¹⁴ LACERDA, Rodrigo. *A Bela e a Fera: Fontes e versões de uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. pp. 22

(região da Lorena) por dois anos. Seu trabalho na corte austro-francesa, lhe possibilitou o contato com inúmeros intelectuais, dentre os quais estão Voltaire, Émilie du Châtelet, Françoise de Graffigny, Madame de La Fayette, Madame de Tencin e Christine de Pizan.

No ano de 1743, casou-se com Antoine Grimard de Beaumont do qual herdou o sobrenome, no entanto, permaneceu com Antoine até o ano de 1745, existindo diversos relatos amorosos da escritora com outros homens, constando inclusive que possuiu uma vida de cortesã durante o período em que trabalhou na corte francesa. Em 1748, publicou *Le Triomphe de la vérité, ou Mémoires de M. de La Villete* e no mesmo ano direcionou sua filha Elisabeth a um internato e mudou-se para Londres, onde trabalhou como preceptora de crianças e de jovens aristocratas.

Madame de Beaumont fundou em 1750 o periódico mensal francês *Le Nouveau Magasin Français*, ao que tudo indica com o apoio do autor de *Robinson Crusoé*, Daniel Defoe. A revista chegou a publicar cerca de quarenta números até 1780. Com finalidade pedagógica, publicava narrativas que pregavam valores morais e éticos, além de textos científicos e pedagógicos. Contudo, sua linha de pesquisa combinava princípios do iluminismo pedagógico com uma forte moral cristã, o que deriva, provavelmente, do tempo em que viveu no convento e de seu trabalho como educadora de princípios morais para jovens moças e membros da aristocracia.

No ano de 1756, Madame de Beaumont publicou no *Magasin Enfants* a versão clássica do conto *A Bela e a Fera* que já havia se popularizado em meio às histórias contadas por governantas a crianças em processo de escolarização. Em 1762 a escritora retornou a França com a filha e abriu um pensionato para meninas da elite e em 1779 escreveu seu último livro *La Dévotion éclairée*. A autora faleceu com 69 anos em Chavanod e deixou cerca de setenta obras publicadas.¹⁵

1.2 Breve Histórico das Mulheres na Literatura

Os escritos compostos durante a Idade Clássica e Média compunham em sua maioria relatos descritos por homens a respeito dos costumes, crenças e tradições femininas. Durante a Idade Antiga é possível analisar os relatos deixados pelos poetas, como o caso de Homero, que na *Ilíada* discorre sobre o decorrer de uma guerra advinda

¹⁵ LACERDA, Rodrigo. *A Bela e a Fera: Fontes e versões de uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

pelo sequestro de Helena. O desprezo pelo respeito e fidelidade à família levam os gregos da polis de Esparta a duelarem contra os orientais persas que disputam o amor e a posse de uma mulher, considerada a mais bela entre todas. Por maiores que sejam as adaptações da *Iliada* de Homero, e as dificuldades de precisão das fontes históricas, ainda é possível perceber como o feminino estabelece um papel secundário em obras narradas por vozes masculinas que se apropriam de tal gênero para construir o cenário do caos.

Já na Idade Média as fontes são escritas por narradores masculinos que, em sua maioria, ocupavam cargos eclesiásticos. Sendo assim, o espaço de divulgação de discursos femininos era forjado por vozes inativas que poucas vezes se pronunciam, ou a partir das mulheres representadas pelas narrativas bíblicas, como: Eva, Maria Santíssima e Maria Madalena. Tais personagens eram utilizados para descreverem, respectivamente, as mulheres pecadoras, puras e as cortesãs. No entanto, não podemos afirmar que o espaço da escrita para as mulheres era nulo, pois tal conduta descaracteriza a resistência de autoras que utilizavam artifícios como pseudônimos para publicar obras nas quais expressavam seu cotidiano, seus costumes e suas batalhas internas, comentando de forma sutil, as dificuldades enfrentadas pela ausência de direitos.¹⁶

A contradição entre os relatos acadêmicos do papel social da mulher durante o século XVIII que ora é retratada como um sujeito passivo ao poder político e social patriarcal, ora como prostitutas manipuladoras das relações políticas e familiares, levantam uma série de questionamentos a cerca de tal século e de suas manifestações artístico-literárias, no que diz respeito ao lugar social das mulheres. As representações históricas de mulheres reféns do patriarcalismo simbolizam sujeitos impossibilitados de opinar nas decisões públicas e privadas, principalmente no que diz respeito aos arranjos matrimoniais que correspondiam à tradução do poder político do homem, tanto o pai, quanto o marido nas questões sociais. De acordo com Rodrigues Roosenbenrg:

“Ainda dentro deste sistema patriarcal, desenvolveu-se o costume da primogenitura, em que o filho mais velho herdava todas as terras do pai. (...) No caso das meninas, na maioria das vezes elas eram encaminhadas aos conventos, onde aprendiam a ler, cantar, escrever e bordar, enquanto não se casassem. Caso ficassem solteiras, a família deixaria um dote em dinheiro,

¹⁶ COSTA, Milton Carlos. *Duby: Uma Perspectiva Histórica sobre as Mulheres Medievais*. Revista Territórios e Fronteiras São Paulo: Vol. 5 n.1, p. 1-23, julho. 2012.

escravos ou outros bens, que seriam entregue ao convento que conduziria a jovem à vida religiosa.”¹⁷

Ao enfatizar o “lugar social da mulher” no século XIX, Gabrielle Houbre¹⁸ destaca a importância de características como a castidade, a beleza, a inocência e o silêncio para a constituição de uma mulher admirável no cenário desse período. O romance logo é considerado o gênero literário proibido para as moças donzelas, que, ao entrar em contato com tais obras, corrompem sua formação em meio às desilusões amorosas e as emoções propostas por eles. É também notório lembrar, que os romances apresentavam-se nocivos para a ordem social por conceder liberdade aos sonhos e desejos das jovens, permitindo-as contestarem a vontade dos pais com relação aos arranjos matrimoniais, ao frisar a importância de estar com quem se ama.

A literatura é mais uma vez discutida como formadora de conduta moral, sendo sua escolha fundamental para a constituição de mulheres do lar, que se responsabilizam por cuidarem da casa, dos filhos e do marido, ou de jovens que lutam por sonhos reprimidos pela ordem social. As mães e alguns membros do clero possuíam certo controle sobre as leituras realizadas ao selecionar as “melhores” obras para legitimar a inocência e a pureza dos jovens, ou seja, o que se pretendia formar.

Além disso, a literatura tem um importante papel entre os séculos XVIII e XIX para a transformação dos laços matrimoniais ao denunciar o caráter mercantil dos casamentos. Forma-se então um novo olhar para as leituras, que levam, junto a outros fatores, como as transformações políticas e econômicas das sociedades até então vigentes, ao abandono dos arranjos por dotes e interesses familiares. Tais denúncias podem ser percebidas em *Orgulho e Preconceito*¹⁹, que delata o esquema de arranjos por dotes, ao relatar a paixão entre pessoas de diferentes classes sociais e o preconceito vivenciado pelo casal.

“As autoridades educacionais, inquietas por dominar o mundo interior das moças, utilizam, então, uma literatura pedagógica e ideologizada para se contrapor aos supostos efeitos perniciosos, maléficos, das obras romanescas – de tom romântico ou pseudo-romântico – proibidas. É todavia difícil avaliar

¹⁷ ALVES, Rodrigues Roosenbenrg. *Familia Patriarcal e Nuclear: conceitos, características e transformações*. UFG/UCG, Goiania.2009, pg.3.

¹⁸ HOUBRE, Gabrielle. *Como a literatura chega às jovens. - França, primeira metade do século. XIX*. In Tempo. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. - Vol. 5, n.º 9, Jul. 2000 - Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

¹⁹ AUSTEN, Jane. *Orgulho e Preconceito* (Tradução e notas Marcella Furtado). São Paulo: Editora Landmark, 2012.

a eficácia desse dispositivo sobre as jovens indubitavelmente sensíveis as escapatórias afetivas virtuais oferecidas pela literatura proibida.”²⁰

Para a autora Silvia Liebel,²¹ recursos midiáticos, como jornais, televisão e redes sociais, abordam de maneira complexa as lutas emancipacionistas das mulheres, por meio de crimes e mazelas que produzem a crença por parte das massas, do fracasso e da incapacidade feminina de conquistar e controlar os rumos de sua própria vida sem levar à desordem e ao caos social.

Ao trabalhar com os índices de infanticídio retratados nos *canards*, Liebel coloca em pauta os motivos que levavam as mulheres a esconderem a gravidez, sendo estas prejudiciais à imagem da mulher, que após o surgimento da barriga e nascimento do filho estaria impossibilitada de se casar ou de se apresentar à sociedade da Idade Moderna como pura e inocente, conforme demandavam os padrões da época que levariam a sua adesão social. O estereótipo forjado socialmente em torno das mulheres, também as colocavam como “vilãs” dos mais diversos livros e narrativas, quando estas não correspondiam a tais valores, nas quais a razão das tragédias sociais se originava pela personificação do pecado e tentação, a própria mulher.

Seguindo a linha de pensamento de Gabrielle Houbre, Maria José Moutinho, em seu artigo “Perspectivas sobre a situação da mulher no século XVIII”, aborda a redução dos feitos das mulheres ao longo dos séculos, que são representadas e diminuídas por duas funções específicas: o matrimônio e a maternidade. Para a autora, a abertura para a inserção da mulher no espaço acadêmico se dá aos poucos, mas mesmo assim de maneira muito limitada, uma vez que era necessário se instruir e participar das discussões políticas para que pudesse essa, ser útil como mentora educacional de seus filhos em seus primeiros anos de vida, entreter seus maridos em horários de tédio e animar os salões.

A análise da importância das leituras realizadas no lazer pelas moças dos séculos XVIII e XIX expressa liberdade em meio às doutrinas sociais que as aprisionavam nos estereótipos de boas esposas. A literatura simbolizava uma válvula de escape para os pressupostos culturais estabelecidos a este gênero, pois, ao configurar

²⁰ HOUBRE, Gabrielle. “*Como a literatura chega as jovens*”. - França, primeira metade do século. XIX. In Tempo. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. - Vol. 5, n.º 9, Jul. 2000 - Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. Pg. 39

²¹ LIEBEL, Silvia. *Ingratas e pérfidas Medeias! Infanticídio e normatização da sexualidade feminina na literatura de rua francesa dos séculos XVI e XVII*. Topoi .Rio J. 2015, vol.16, n.30, pp.182-202.

protagonistas imponentes, que sabem expressar seus sentimentos sem se fixar aos padrões de conduta moral, lhes permitem o poder da escolha, permitido às personagens femininas por meio de suas autoras assim como a sua influência e recepção sobre os seus leitores, que na maioria das vezes, buscavam nas leituras um lugar de refúgio e libertação de seus interesses reprimidos. Logo as obras literárias lidas durante a Idade Moderna, representam fontes importantes para o estudo das mulheres e de suas constantes lutas em favor da igualdade de direitos e libertação dos corpos.

Depreende-se, portanto, que a literatura é de fundamental importância para a emancipação das mulheres. A transformação dos conteúdos de formação moral, como personagens femininas de vozes ativas, nos leva a crer que, mesmo com o intuito pedagógico, algumas obras literárias conseguem influenciar seus leitores a expressarem seus desejos e sonhos, conquistando cada vez mais sua independência, principalmente em termos comuns, como na escolha de seus maridos, no divórcio e na aquisição de reconhecimento social.

1.3 O processo editorial da obra A Bela e a Fera

Segundo Robert Darnton, a literatura empregada durante o século XVIII não deve ser imaginada sem a participação daqueles que promovem seu processo editorial. Na Europa do século XVIII, com exceção da Inglaterra, os livros funcionavam como uma variedade de produtos que careciam do endosso real como forma de convite para a sua leitura e para tal sanção eram contratados censores que atestavam a qualidade das obras. Neste processo não eram condenadas somente as heresias cometidas contra o Estado e o clero, mas eram apresentadas críticas positivas, consideradas “privilégios” que caracterizavam livros de alta qualidade. No campo da indústria editorial os privilégios funcionavam de três formas: o livro era privilegiado (com a exceção do estado parlamentar inglês, o autor não era reconhecido), o livreiro era privilegiado (em sua condição de comerciante desfrutava do direito de poder comercializar livros) e a guilda, ou seja, o comércio era privilegiado como corporação exclusiva que se isentava da maioria dos impostos.²²

²² DARNTON, Robert. *Censores em ação: os dentes falsos de George Washington*. In: . Os dentes falsos de George Washington São Paulo: Cia das Letras, 2005.

Para Robert Darnton, autores, censores e editores participavam de uma indústria em expansão, porém os censores possuíam lucros mínimos ou até mesmo nulos. A profissão atraía mais pelo viés de ocupar um cargo de confiança próximo à nobreza, o que poderia levar posteriormente a nomeação de títulos da realeza, do que pelos lucros que oferecia. Além disso, em alguns casos, censores e autores partilhavam dos mesmos pressupostos, pertencendo às mesmas condições sociais. Muitos censores eram também autores aliados a ideais iluministas, possuíam carreiras de professores, médicos, advogados e ocupavam cargos públicos e administrativos. Em meio a tantas restrições quanto à publicação de livros, Darnton esclarece que o regime permitiu condições toleráveis para a circulação das obras. Os comerciantes criaram categorias de adesão que possibilitavam que os livros viessem a público sem o endosso oficial, como a operação de vendas discretas de obras que não chamassem a atenção da polícia. Tais permissões acompanhavam a aprovação de um censor e de um número de registro, um endereço falso estava inscrito na folha de rosto para simular a publicação que supostamente teria ocorrido fora do Estado francês. Os censores também podiam estabelecer acordos com os donos das guildas, em que estes vendiam os livros “por baixo dos panos”, permissões concedidas pelo diretor-geral da polícia. Tais *permissions de police* podiam ser revogadas em caso de os livros causarem ofensas.

Logo o ofício dos censores estava além de um simples meio de limitação de livros por suas ofensas à religião, à moralidade ou ao Estado. O trabalho consistia em expressar suas críticas positivas e negativas sobre o estilo e o conteúdo do livro, que mesmo sem remuneração, agregava valor moral e individual em meio a uma sociedade, na qual ascendia à crença do direito ao livre arbítrio. O anseio em estreitar os vínculos com a realeza, conquistar nomeações e relatar opiniões e apontamentos sobre as mais diversas obras, não eximem a importância do estudo do processo editorial e dos componentes de tal indústria, que transmitem seus escritos como verdadeiros homens de letras, compondo uma nova forma de literatura.

A obra *A Bela e a Fera* compõe a lista de produções literárias integradas em sua autoria e enredo por protagonistas femininas. O conto tem sua origem trajada em dois períodos históricos distintos, porém próximos, na França durante o século XVIII. Sua primeira versão foi composta por Madame de Villeneuve, como citado anteriormente, em 1740, para a coletânea *La Jeune américaine*. Era uma versão mais extensa, contendo

inúmeros personagens e tramas secundárias que dialogavam com a perspectiva central: uma jovem moça que se sacrifica por seu pai, tomando seu lugar em um castelo guardado por uma fera, algoz pelo qual acaba se apaixonando. Já a segunda versão da obra é produzida em 1756, por Madame de Beaumont, no periódico *Magasin des Enfants*. Sua versão mais resumida se consagra na literatura infantil, alcançando lugar no campo da educação infanto-juvenil de jovens moças e posteriormente, no século XX, ganha destaque nas produções cinematográficas da Disney.

A versão de Madame de Beaumont foi elaborada dezesseis anos após a publicação da obra original de Madame de Villeneuve, escrita em 1740. Seu conto baseou-se no enredo original que já havia se popularizado nas escolas que visavam à educação de moças da nobreza. Na primeira edição, publicada pela editora Zahar, em 2016, a diferença de paginação entre as duas versões são de 149 páginas, incluindo as ilustrações forjadas por Walter Crane e outros ilustradores que publicaram suas artes nas revistas em que foram lançadas as histórias.²³ Além disso, sua forma popular abrange menos detalhes em relação ao casamento e aos antecedentes familiares e pessoais da Fera, sendo claramente dirigida ao público infantil e escolar, uma vez que a versão original, de Madame de Villeneuve, compara-se a um romance, em sua extensão e riqueza de detalhes, tornando-se público alvo de adultos e moças que estariam prestes a se casar.

Dentre os antecedentes literários de *A Bela e a Fera*, o tema “amantes animais” e sua redenção à beleza do amor e da bondade caracterizam um subgênero específico denominado pelos ingleses de *bridegrooms* (noivos animais). Destes romances, podemos destacar as seguintes produções: o conto “Cupido e Psiquê”, do escritor romano Lúcio Apuleio, em seu livro “O asno de ouro”, ou “Onze livros de metamorfose”, “Chonguita, a esposa macaco”, “A noiva cachorro”, “O noivo da rã”, “A leste do Sol, a oeste da Lua”, “A mulher de Bath” no qual o Belo se casou com a Fera, “O rei porco”, “O carneiro”, “Riquet e seu topete”.²⁴

Em uma comparação mais específica entre as duas obras é possível perceber semelhanças e diferenças no que tangem aos personagens, ao tempo e ao espaço em que são construídas. A Fera é um personagem que permanece em ambas as construções,

²³ LACERDA, Rodrigo. *A Bela e a Fera: Fontes e versões de uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

²⁴ LACERDA, Rodrigo. *A Bela e a Fera: Fontes e versões de uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. pp.10-13

sendo abordada de maneira mais complexa na obra de Madame de Villeneuve, na qual sua vida pessoal, seu processo de formação e criação, a virtude, o incesto, o casamento com pessoas de idades diferentes e questões morais como a inveja, são subtemas que constroem o personagem:

“ O rei meu pai morreu antes que eu viesse ao mundo. A Rainha não teria se consolado de sua perda se o apego que demonstrava pela criança que carregava no ventre não houvesse combatido sua dor. Meu nascimento foi para ela uma alegria imensa.(...)Os cuidados com minha educação e o medo de me perder ocuparam-na inteiramente. Nessa tarefa foi auxiliada por uma fada sua conhecida, que se empenhou em me preservar de todo tipo de acidentes.”²⁵

Já na versão de Madame de Beaumont, a Fera pode ser compreendida como um complemento da protagonista Bela, que por meio da temática de casamentos arranjados, necessita aprender a compreender e “aceitar” as diferenças entre o casal, e a controlar o medo e as suas angústias de tornar-se mulher. Na obra de Madame de Villeneuve, a descrição da Fera a torna um co-protagonista, enriquecendo a narrativa e contribuindo para que temas diferentes sejam explorados na história, enquanto na obra de Madame de Beaumont a trajetória do monstro se descreve em apenas um parágrafo:

“Está a seus pés- disse o príncipe.- Uma fada má me condenou a viver sob aquela forma até que uma bela moça aceitasse me desposar. Além disso, me proibiu de usar a inteligência. Você foi a única pessoa no mundo a perceber a bondade do meu caráter. Mesmo lhe oferecendo a coroa, continuarei seu dever.”²⁶

De acordo com o escritor e tradutor Rodrigo Lacerda, a função da Fera em ambas as narrativas é situar a protagonista em contato com o fantástico/ monstruoso da vida e do amor, impondo um debate entre seus medos que a guiam em sua jornada do matrimônio. Seus medos e angústias diante da monstruosidade da Fera são características sombrias do encontro da jovem com o sexo masculino.²⁷

Além disso, a questão matrimonial é construída no conto de Madame de Beaumont a partir da virtude e da moral, na qual Bela, mesmo sem saber a real aparência da Fera, aprende a amá-lo por sua bondade e não por sua feição física, sendo a

²⁵ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 166-167

²⁶ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg.54.

²⁷LACERDA, Rodrigo.*A Bela e a Fera: Fontes e versões de uma história*.Rio de Janeiro: Zahar,2016..Pg. 24

felicidade do casal oriunda da amizade e companheirismo por eles criado, todos os dias, durante três meses, nos encontros que possuíam às nove horas.

Ainda na obra popularmente conhecida, nenhuma das duas irmãs de Bela encontra a felicidade no casamento, sendo que a beleza e inteligência de seus maridos, não foram fatores suficientes para suprir o amor verdadeiro que possuía a Fera pela Bela, com toda sua bondade e benevolência. Logo o conto reforça seu caráter moralista que prega o respeito e o amor verdadeiro como bases para um relacionamento vindouro e feliz.

“Que maldade a minha”, disse consigo mesma, “fazer sofrer um animal tão generoso para mim! É culpa sua se é tão feio? E o que importa se carece de inteligência? Ele é bom, isso vale mais que todo o resto. Por que me recusei a me casar com ele? Eu seria muito mais feliz com ele do que minhas irmãs com seus maridos. Não é nem a beleza nem a inteligência do marido que faz a mulher feliz, são a bondade do caráter e a virtude(...)”.²⁸

Já em sua versão original o casamento é retratado como um arranjo desconexo para a personagem principal, que se recusa a amar a Fera devido à sua aparência física e as diferenças discrepantes existentes entre eles. A pergunta que a Fera fazia a Bela todas as noites só a deixava mais irritada com a insistência e a não compreensão das diferenças gritantes entre a Bela e a Fera, levando-a a temer o uso da violência e da força pelo animal. Porém, em conformidade com a versão clássica, Bela não despreza as virtudes do monstro, sendo aconselhada em seus sonhos pelo príncipe (Fera) o qual diz amar:

“Pelos elogios insensatos que faz, julgo que deseja que eu me case com ele; me aconselharia a satisfazê-lo?- perguntou Bela ao Desconhecido.- Ai de mim! Se por um lado ele é tão encantador quanto horrendo, você trancou o meu coração não só para ele, como para qualquer outro, e não me acanho de confessar que não posso amar senão a ti. (...) – Ame quem a ama, não se deixe enganar pelas aparências e liberte-me da prisão.”²⁹

Contudo, mesmo em suas inúmeras semelhanças referentes a fatores éticos e moralizantes como objetivo central de ambas as produções, a versão de Villeneuve transparece a insatisfação e a crítica de sua personagem principal no que tange ao casamento com a Fera, que lhe parece alheio por completo de sua realidade. Portanto, a aparência física é transformada em uma relação de hábito e costume em ambas as

²⁸ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg.51

²⁹ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.pp. 117

vertentes, uma vez que a bondade, o carinho, e as virtudes da Fera, elevam a trama rumo à valorização da beleza interior.

No que diz respeito aos personagens que compõe as obras, a versão clássica de Beaumont, por apresentar uma história mais sucinta, possui menos integrantes na composição de seu enredo, a começar pelos filhos do pai de Bela, que possuía três filhos e três filhas, ao contrário da história de Madame de Villeneuve em que o rico comerciante possuía seis filhos e seis filhas. Os integrantes do conto de 1756 são: a Bela, o pai, os três irmãos e as duas irmãs, a Fera e a fada que o transformou em fera e a “dama do sonho”, personificada como a “fada boa”.

Já na obra de Madame de Villeneuve os personagens são: a Bela, a Fera, o pai adotivo de Bela, seus seis filhos, cinco filhas, o rapaz do sonho, a “fada boa”, a “fada má”, a “fada que era a mãe de Bela”, o rei que era o pai legítimo de Bela, os pais do príncipe (Fera), as mulheres que tentam curar a sexta filha do pai adotivo.

Bela é representada por suas virtudes, porém diferentemente da versão clássica, é mais questionadora e resistente aos arranjos matrimoniais. No entanto, a personagem possui um desfecho no qual a moral e suas qualidades a direcionam a um caminho no qual o amor é conquistado, tal como na versão clássica. Já o pai e os irmãos de Bela são descritos com pouca frequência. As irmãs, porém, são adjetivadas pela inveja e pelas crueldades cometidas contra a caçula, sendo estas estratégias de coesão e coerência que ressaltam os valores de Bela.

As fadas também se enquadram na lógica da obra de beleza interior conquistada por meio da dignidade, honestidade e do mérito, sendo a fada má, que fora ama do príncipe, punida por seus interesses e falsa modéstia ao não conquistar o amor verdadeiro, enquanto as irmãs prejudicadas por ela encontram o final feliz por meio do mérito de suas boas ações. Além disso, a mãe do príncipe e os verdadeiros pais de Bela (sendo revelado ao final da história que esta havia sido trocada, com uma filha doente do comerciante, a fim de evitar a sua morte pelo ódio e ganância da fada má), o Rei e Fada exilada eram irmãos, que se reúnem ao fim da história para a celebração do casamento da Bela e da Fera.

Como visto anteriormente, na versão original a história da Fera é narrada de maneira mais detalhada e complexa, ocorrendo uma reviravolta no enredo de Bela, que

ao final do livro descobrimos que estava destinada ao casamento com a Fera para fazê-lo então tornar-se novamente um príncipe. Seus pais também eram membros da nobreza e sua mãe era uma fada que cometeu o crime de se casar com um humano. O padrão de beleza em ambas as obras é simbolizado pela referência ao Deus do amor e pela inteligência, virtudes detidas por Bela junto a sua humildade que a tornava uma moça tão peculiar:

“A mais velha se casara com um jovem fidalgo, formoso como o deus do Amor, mas tão fascinado pela própria beleza que não pensava em outra coisa da manhã a noite. A segunda se casara com um homem de grande inteligência, mas que só a usava para azucrinar a todos, a começar pela mulher.”³⁰

No âmbito familiar, os integrantes demonstram-se muito complexos na construção de Villeneuve. No entanto, foram construídas de maneira mais simples em sua versão clássica, sendo o comerciante o verdadeiro pai de Bela, enquanto virtudes como a ternura, a graça e o carinho compõem fatores cruciais para a construção do caráter moralizante da narrativa, objetivo crucial dos contos de fadas e dos romances animais.

1.4 Público alvo

A expressão “público” delimita um significado muito estudado por historiadores e antropólogos até os dias atuais, pois além de sua variedade semântica compõem questões históricas e culturais importantes para a compreensão das transformações que ocorreram na literatura. De acordo com Joan de Jean, a partir do século XVII, o termo é utilizado no sentido de “audiência”, ou de pessoas em geral. Com isso, a palavra passa a não limitar-se a membros da elite social, mas a abranger a cultura letrada, pessoas que há um século eram impedidas de participarem de questões voltadas para grupos sociais da nobreza. Logo, o vocábulo *le public* na França como sentença para “audiência”, forma uma expressão amarrada à crença de declínio cultural, atrelado à queda de uma civilização.³¹

A Idade Moderna abriu as portas para a sociedade entender os anseios femininos e pensar como uma mulher. Porém, a diversidade cultural expressa nas obras literárias

³⁰ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg.50

³¹ DeJEAN, Joan E. *Antigos contra Modernos: as guerras culturais e a construção de um fim de siècle*/Joan deJean; tradução de Zaida Maldonado.-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

transformaram as mentalidades produzidas pelas Guerras culturais, pois além do acesso à literatura elaborada por mulheres, a possibilidade de escritores forjarem em seus escritos uma “dupla voz”, analisada como inerente ao feminino, nos permite compreender aos poucos de que modo a misoginia era expressa na arte dos séculos XVII e XVIII. Nesse mesmo período é caracterizada a maior contribuição de escritoras à história da tradição francesa, sendo o julgamento literário feminino marcante, porém o espaço construído por meio de lutas agregou a elas a culpa pela disseminação do mau gosto e da maioria das mazelas no mundo das letras:

“Confrontados com a crescente proeminência e a qualidade de um gênero literário de invenção moderna, o romance, os Modernos o proclamam o gênero moderno *par excellence*. Em pouco tempo, os críticos estão tratando o romance como uma doença contagiosa, uma força perniciosa responsável pela difusão da ociosidade e pelo enfraquecimento da virtude cívica. (...), os críticos põem a culpa do final da civilização em mudanças na crítica literária, no público literário, e nas relativas grandezas ou baixeiras dos novos padrões culturais.”³²

O romance como gênero literário, ascendente do século XVIII, eleva suas escritoras e seu público ao patamar do declínio do bom gosto e das virtudes impressas na literatura masculina. Joan de Jean caracteriza o surgimento da indústria editorial e da cultura impressa a partir da frase de Furetière: “ Um autor dá suas obras ao público quando as imprime.” A partir desta sentença a autora caracteriza a democratização da leitura e de novos gêneros literários, pois a impressão tornava-se mais pública com rapidez. Com isso, o autor não criava espectadores de suas obras, mas simplesmente leitores, uma vez que em muitos países ocorreu à intervenção de censores da crítica literária a partir da sanção da Igreja e do Estado, visto a importância da literatura para a formação da opinião pública, capaz de impregnar as mentalidades (femininas e masculinas) de ideias impuras, bárbaras e desmoralizantes.

Além disso, a luta sexual tornou-se tão importante quanto à luta de classes para a democratização da leitura na França do final do século XVII. A exclusão de mulheres da literatura possibilitou o ávido anseio pela participação e exposição de ideias e junto à criação de um novo gênero, o romance, criando um público feminino e masculino, que podem agora compartilhar sentimentos, histórias, criar expectativas e libertar seus medos e desejos.

³² DeJEAN, Joan E. *Antigos contra Modernos: as guerras culturais e a construção de um fin de siècle*/Joan deJean; tradução de Zaida Maldonado.-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Pg.117

O romance de Madame de Villeneuve apresenta de forma clara as características de tal gênero literário com a presença de uma narrativa longa e de fatos decorrentes dos acontecimentos ligados aos principais personagens. As sequências dramáticas em torno do matrimônio entre a Bela e a Fera dão forma a um público crescente feminino que buscava por meio da literatura, compreender sentimentos reprimidos por uma época na qual a censura vigorava, a fim de alcançar os bons costumes delimitados por uma moral cristã através da sanção Estatal. Todavia, a obra também é marcada por lições de moral que visam ensinar as crianças a distinguirem a feiura física da feiura moral, valorizando mais o amor e a bondade em detrimento de superficialidades como a beleza e a inteligência.

Capítulo II- “*Minha vida está à sua disposição?*” – resistência e aceitação dos costumes matrimoniais do século XVIII

2.1 O matrimônio durante a modernidade

A idealização do casamento no plano da felicidade eterna torna-se durante a Idade Moderna, pressupostos da decorrência de um enlace amoroso que associado a uma vida sexual feliz, confere forma a um matrimônio vindouro. Porém, é necessário explanar, que nem sempre o matrimônio esteve associado ao romance, mas contrapunha um importante estágio para a ascensão econômica e social que precedeu à modernidade.

Na obra *A Bela e a Fera*, o casamento é retratado como meio de aquisição de status social para a família da jovem donzela, mas também representa a prospecção dos anseios e receios de adolescentes que desconhecem o mundo de uma vida a dois, problematizando o abandono paterno, a segurança de uma vida feliz, o diálogo entre marido e mulher, as obrigações de uma esposa ideal, a ausência do amor e as barreiras construídas por falsas primeiras impressões baseadas nas aparências.

O amor e o casamento como conhecemos hoje, relacionados diretamente ao prazer e à relação sexual inicia-se no século XVIII. Anterior a este período, o ato sexual era exclusivo para a reprodução e a paixão amorosa era encontrada fora do matrimônio, na cultura do adultério. Os casamentos eram arranjados pelos pais e consistiam em um contrato entre dois indivíduos que os direcionavam a alianças familiares que velavam questões de valor econômico, social, cultural, políticos, de classe e de gênero.

Além disso, as alianças firmadas nos casamentos desde a antiguidade até os primórdios da modernidade demonstram a importância da constituição de uma reciprocidade que implicava à supressão de bens necessários para a sobrevivência e para a ascensão do indivíduo e de suas famílias na sociedade. Segundo Maria de Fátima Araújo, do departamento de psicologia da UNESP:

“Trabalhos realizados por Lèvi-Straus (1976) mostram que, nas sociedades arcaicas, a aliança também é um fator determinante no casamento. A união se justifica muito mais pela necessidade de reciprocidade imposta pela divisão sexual do trabalho do que pela satisfação sexual. A aliança é uma forma de intervenção do grupo sobre bens considerados escassos e essenciais para a sobrevivência, e baseia-se em um sistema de trocas, cujas regras marcam a origem do casamento. A proibição do incesto é sobretudo uma regra de reciprocidade que obriga a formação de alianças não só através

da troca de bens, como também de mulheres. Para firmar esses laços, os grupos vão recorrer à regra da exogamia, que interdita o casamento com um membro da família. O contrato é estabelecido entre homens e a mulher é o objeto da troca feita por eles.³³

Segundo Maria de Fátima, as influências do clero católico nos ritos do conúbio eram quase nulas. Aproximadamente no século V a celebração das núpcias era privada e ocorriam entre os nobres com o intuito da transmissão de títulos, heranças e constituição de alianças políticas. A autora divide o matrimônio em quatro partes, sendo elas: o *pactum conjugale*, correspondente ao atual noivado, a cerimônia na casa da futura esposa, com a reunião de parentes e testemunhas, troca de mensagens, promessas e bens e a transferência da mulher, sendo esta um patrimônio familiar, do pai para o marido, que em troca concedia um dote ao sogro, o *donatio puellae* correspondente à garantia do contrato. O momento mais importante do matrimônio era o rito nupcial que ocorria na casa do noivo em meio a festividades e no leito de núpcias, no qual ao redor se reuniam testemunhas e o pai do noivo presenciando a união carnal e o intuito da procriação. A fecundidade, a responsabilidade, e a fidelidade da esposa eram fundamentais, sendo o adultério feminino e a esterilidade, capazes de levar ao repúdio e abandono da esposa.

O dote, de acordo com Muriel Nazzari em seu livro *O Desaparecimento do Dote*, representava a comunhão de bens entre o casal. Ele, quando concedido pelos pais da noiva, deveria ser aproveitado e usufruído por ambas as partes, visto que quem o concedia dedicava boa parte de seus bens à sua formação. Porém o dote não era controlado pelas esposas, mas além de prover o futuro da mulher era fonte de orgulho. Era ele absorvido no conjunto dos bens do casal e por mais que constituísse uma sociedade entre os cônjuges, o marido chefiava a sociedade administrando os bens que possuíam em conjunto.³⁴ Todavia as mulheres sabiam que eram co-proprietárias dos bens e tinham ciência de sua participação durante a compra e até mesmo alienação de imóveis, sendo marido e esposa sócios.

Podemos observar no conto original de *A Bela e a Fera* como é realizado esse contrato que ao formar alianças entre famílias, assegurada pela troca da liberdade do

³³ ARAUJO, Maria de Fátima. *Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações*. Psicol. cienc. prof. Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, junho de 2002.

³⁴ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*/Muriel Nazzari: tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Pg. 59-60

comerciante pela “prisão” de Bela, propõe sem demora a entrega de um belo baú contendo joias e moedas de ouro a toda família da donzela.

Esse dote é contemplado em nome do respeito da Fera por manter o prisioneiro com a sua palavra, entregando-lhe seu bem mais precioso: sua filha caçula. Como a família da esposa se encontrava endividada, devido ao incêndio, que queimara os bens do comerciante, o dote corresponde à característica medieval do *donatio puellae*³⁵ na qual a Fera isenta o pai de sua prisioneira de todos os prejuízos que este teria com sua troca.

Contudo, para que se efetivassem os acordos era necessária a responsabilidade dos filhos para com a perpetuação da linhagem. Os primogênitos herdeiros de títulos, uma vez que os demais herdeiros eram introduzidos à vida clerical, ou realizavam cerimônias simples que lhes satisfaziam suas vontades. Maria de Fátima cita Georges Duby ao caracterizar tais uniões em âmbitos menos formais:

“(...)essas uniões conjugais chamadas de Friedelehe eram usadas para “disciplinar a atividade sexual dos rapazes sem comprometer definitivamente o destino da honra”. Eram uniões quase sempre temporárias, mas não menos formais. O pretendente pagava o “preço da virgindade” ao pai da moça e tudo se fazia com solenidade. A mulher era, neste caso, “muito mais emprestada que dada”. Dessas uniões nasciam os bastardos”, herdeiros menos assegurados, mas que, por muito tempo, não foram discriminados e, às vezes, até contemplados com títulos de terras.”³⁶

Em *A Bela e a Fera* o casamento da irmã caçula com o belo príncipe liberto, causa a fúria de suas cinco irmãs, que sonhavam se casar com rapazes ricos da metrópole para que então se libertassem da trágica situação econômica, na qual estavam.

Com a expansão do cristianismo, a Igreja iniciou o processo de pregação de valores como a virgindade, a castidade, a continência e a renúncia aos prazeres da carne. No início do controle religioso, o padre participava da consumação matrimonial no leito, aspergindo de água benta os recém-casados, delimitando a finalidade da união que se limitava à procriação. A sacralização do casamento, porém, só se concretizou no século XII e sua normatização da moral cristã como sacramento indissolúvel e monogâmico no século XIII. Com isso, a cerimônia foi transferida do meio doméstico/

³⁵ ARAUJO, Maria de Fátima. *Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações*. Psicol. cienc. prof. Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, junho de 2002.

³⁶ ARAUJO, Maria de Fátima. *Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações*. Psicol. cienc. prof. Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, junho de 2002.

privado para a esfera pública dentro dos templos católicos. A finalidade do casamento era a procriação, sendo a relação carnal uma dívida obrigatória entre os cônjuges. No entanto o prazer sexual era condenado e perseguido pelos clérigos que delimitavam o que seria permitido ou censurado durante as relações carnavais. Porém, Maria de Fátima enuncia o fracasso da condenação do prazer pela Igreja Católica:

“A Igreja acabou aceitando o casamento como um “freio” para os libertinos. Falando sobre o casamento na Epístola aos coríntios (I Cor., VII, 1), Paulo diz: “que cada homem tenha uma mulher, e cada mulher, um homem. Melhor seria que ficassem castos, mas se não podem se conter, casem-se. É melhor casar do que arder. O casamento era recomendado como uma “concessão” e não como um mandamento, somente para evitar a impudícia.”³⁷

Embora o poder exercido pela Igreja ainda seja muito presente, durante o século XVIII com as revoluções burguesas e as grandes transformações acerca dos conceitos de público e privado. A valorização de ideias como o amor individual, próprio da lógica iluminista, contribui para a ascensão do casamento por paixão, no qual predomina o respeito ao prazer e ao erotismo, que conseqüentemente leva a maior incidência da produção de expectativas sobre a conquista da felicidade plena com a vida conjugal.

Em seu artigo, Maria de Fátima emprega o crescimento dos ideais de um casamento por amor a partir do conceito utilizado por Mcfarlene, casamento malthusiano, correspondente a união, cujas premissas são o afeto, a amizade, companheirismo e o prazer, sendo a procriação opcional. Tal lógica, com a globalização capitalista ganha vigor e se fortalece em vários países, sofrendo alterações que mantêm a lógica da igualdade entre parceiros, o livre arbítrio e o desejo.

Todavia, o amor romântico em expansão trouxe como conseqüências uma série de desilusões encontradas com a promessa da felicidade conjugal plena. As limitações do amor romântico levam ao divórcio como provável solução para os problemas, que gerados por escolhas individuais, ciúmes ou até mesmo a perda do romance, tornam o fim de uma união à possibilidade do reencontro do amor em outra.

Por se tratar de um conto de fadas, em *A Bela e a Fera* o amor é aspiração maior do casamento, e o cunho moral da história se constrói a partir de medos acometidos por jovens que temiam a vida infeliz com um marido que não conheciam, porém

³⁷ ARAUJO, Maria de Fátima. *Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações*. Psicol. prof. Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, junho de 2002.

desconstruído através da convivência, do diálogo e do carinho entre ambas as partes. O livro prega que para ser feliz, Bela precisa fazer por merecer, e só assim, após romper seus preconceitos para com a aparência física da Fera e de seus atributos rudes, é que ela consegue quebrar o encanto e libertar o príncipe que lhe faria feliz.

2.2. A conduta da “boa esposa”: sexualidade e maternidade

A sexualidade apresentada e ressaltada em *A Bela e a Fera* pela voz de Bela transmite o incômodo da jovem donzela que teme a violência do monstro, ou até mesmo o cumprimento de uma obrigação que provenha do matrimônio. Como Bela não se casará com a criatura, apenas havia trocado de lugar com seu pai, até então prisioneiro, pode-se supor, que os receios da menina encontram-se presos a sua honra e também ao abandono de sua vida antiga, visto que os ritos do casamento foram em parte cumpridos com a troca do dote.

Ao abordar a sexualidade feminina durante a Idade Moderna, torna-se imprescindível destacar a diferença entre os gêneros logo durante o seu nascimento. Mencionadas por Aristóteles como incompletas, ou defeituosas, por apresentarem um vão que só se faz inteiro nos homens, as mulheres recebem logo na antiguidade a adjetivação de progenitoras, cujo único objetivo em terra era procriar e gerar os fetos criados pelo homem. A maternidade torna-se logo no início da vida a identidade de uma mulher, um “estado natural” por perdurar por toda sua vida, pois cabe a ela dar à vida, o alimento, a educação, inserir o filho na sociedade etc.³⁸

O sexo feminino tornou-se ao longo dos anos sinônimo de domesticidade, que consagrado com o renascimento urbano e cultural, teve em sua completude, o fundamento de sua história. O homem não seria refém de sexualidade, podendo exercer outras funções sociais que não lhe exigiam cautela, enquanto a mulher, para que realizasse o bom cumprimento de suas funções, deveria se resguardar ao repouso, tranquilidade, sedentarismo e ser protegida por sua família, enquanto necessitava manter sua honra e virgindade. Ao passo em que é confundido a mulher com seu sexo, sua

³⁸ PERROT, Michele. *Minha história de mulheres* (tradução Angela M. S. Côrrea). – São Paulo: Contexto, 2007, Pg 69

função social é reduzida à família e ao lar, cabendo aos homens, cuja identidade não se resume à sua condição social, o desempenho de outras atividades em sociedade.³⁹

A versão original do conto demonstra de forma clara a necessidade de proteção e cuidado acometida às jovens. O carinho torna-se o principal requisito para um bom relacionamento, as preocupações com o preparo do leito, com a comida e com as vontades da jovem Bela, demonstravam como o ser asqueroso que era a Fera temia pela saúde e pelo merecimento de seu amor, sendo ele o único responsável pela felicidade dos dois.

Por outro lado, Jean Delumeau aborda em seu livro *História do Medo no Ocidente* a necessidade de os homens se tornarem amigos das mulheres, pois esta seria capaz de neutralizar a magia feminina causada pelo efeito da sua convivência com a natureza, sendo sua sujeição, o domínio de seu caráter perigoso e também de seus mistérios.⁴⁰ É notório que quando Bela torna-se amiga da Fera, rompe com seus preconceitos, podendo admirá-la ao invés de temê-la, porém a jovem continua a limitar-se a se entregar em leito ao monstro, encontrando-se estagnada diante de suas “obrigações” mediante o que dita à gratidão.

Nesse interim, a igreja assume uma posição fundamental ao regular e limitar a sexualidade das mulheres, visto que a virgindade e a castidade deveriam ser protegidas, sendo o pecado da carne mortal e comprometedor à sua vida em sociedade. A posição da Virgem Santíssima, concebida sem pecado, em contraponto com a pecadora Maria Madalena, resume o desempenho da mulher à maternidade, enquanto condena os prazeres carnis. Cabe, portanto, à mulher zelar pelo pudor e pela pureza, sendo sua virgindade, o capital mais valioso, e sua obrigação, defender-se da sedução e do estupro. A fragilidade feminina deveria ser guardada no âmago do leito familiar, pois o cenário das cidades modernas noturnas denunciavam os perigos que corriam as mulheres perante jovens que as cobiçavam.

De acordo com Michele Perrot, a sexualidade das mulheres era misteriosa e por isso sua representação oscila em dois polos antagônicos: o da avidez e o da frigidez, no

³⁹PERROT, Michele. *Minha história de mulheres* (tradução Angela M. S. Côrrea). – São Paulo: Contexto, 2007, Pg 65

⁴⁰ DELUMEAU, Jean, 1923. *História do Medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*/ Jean Delumeau: tradução Maria Lucia Machado; tradução de notas Heloísa Jahn. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Pg. 467

qual o da avidez corresponde à mulher que nunca se satisfaz, consiste em um poço sem fundo que levaria os homens ao seu máximo, se esgotando e provocando a impotência. Já a frigidez representaria o prazer não sentido pelas mulheres que não se importam, ou não desejam o prazer e para isso fazem uso de desculpas para evitá-lo. Logo era preciso que os homens buscassem satisfazer suas necessidades nas casas de má fama, buscando suprimir as “misérias sexuais” encontradas no lar, ao lado das esposas.⁴¹

A maternidade não é muito desenvolvida em *A Bela e a Fera*, porém, pressupõe-se que por se tratarem de monarquias, tanto por parte da Fera, quanto por parte da Bela, a hereditariedade é uma condição fundamental para a manutenção do poder dinástico e conseqüentemente, a esposa deveria cumprir o seu papel como mãe e transmitir seus costumes e ensinamentos aos seus filhos, que seriam então, condicionados pelo caráter da mãe. Porém, no conto, a felicidade de Bela e sua satisfação pessoal é sempre uma pauta importante para o parceiro, que faz necessário o merecimento do amor e da gratidão da menina. Tal conquista se deve ao caráter da obra, que por se tratar de leituras infantis, projetava ensinamentos éticos e morais em futuras esposas, além de enalteceram o destino feliz que as aguardava, desde que seguissem os requisitos necessários, sendo eles: a gratidão e o amor.

Com o desenvolvimento da ciência ao longo do século XVIII e com as descobertas em torno do sistema reprodutor feminino, o prazer torna-se fundamental para que a concepção ocorresse. Porém, é notório explanar a inferiorização histórica feminina no plano do matrimônio que subordinava as mulheres à condição de progenitora frágil, cuja responsabilidade seria conduzir os herdeiros a inserção social. A postulação da mulher com a finalidade maternal no matrimônio, a inibe de escolhas fundamentais, como o controle de seus corpos e bens, restringindo-a a vida doméstica e a uma hierarquização social a partir de sua honraria, sempre condicionada à pureza sexual. Para Michele Perrot, o amor primeiro assume a personificação maternal:

“A sociedade ocidental promove a assunção da maternidade. Ela é “aureolada” de amor, “o amor a mais”, segundo a expressão de Elisabeth Badinter, que descreve o crescimento do sentimento maternal a partir do século XVII e o da figura da mãe, tanto nas práticas (saúde, puericultura, educação na infância) quanto na simbólica. Um dos traços mais marcantes da época contemporânea reside na politização da maternidade, tanto nos Estados totalitários quanto na República. Esta se encarna na Marianne, mãe dos

⁴¹ PERROT, Michele. *Minha história de mulheres* (tradução Angela M. S. Côrrea). – São Paulo: Contexto, 2007

cidadãos franceses, celebrada por Zola em seu romance *Fécondité*. A América inventa o Dia das Mães, nos anos 1920, mas é o governo de Vichy que promulga uma lei para instituí-lo.”

Além disso, Michele Perrot alega ser a função maternal um ato de esfera pública e social, pois a torna capaz de moldar os Estados a partir de sua habilidade educadora. Para tanto é necessário o controle de natalidade, que na França, inicia-se de forma voluntária a partir do final do século XVII. Tal controle ocorria por meio de inúmeras maneiras, dentre elas: pelo retardo do casamento, pela abstinência sexual, pelo coito interrompido, por abortos e infanticídios.⁴² Nestes últimos, Sílvia Liebel retrata suas origens a partir da gravidez fora do casamento, vingança do antigo amante, pobreza ou influência demoníaca.⁴³ A morte de recém-nascidos não era exclusiva, sendo o abandono e assassinato de crianças e filhos adultos algo comum em casos de mulheres solteiras que após engravidarem eram abandonadas por seus amantes.

Já no século XIX o Código Civil Napoleônico cria severas punições à mulher que cometera infanticídio, enquanto isenta o homem de suas responsabilidades paternas. A vida de uma criança, vindoura ou não corresponde à mulher e, caso incriminada, poderia sofrer pena de morte. Era muito comum que os juízes aceitassem o fato de a criança ter entrado em óbito enquanto ainda no ventre de sua mãe, ou até mesmo que a loucura havia levado a mulher a tomar atitudes precipitadas, sendo o argumento religioso mais comum atribuído à possessão demoníaca.⁴⁴

O aborto não sofria punições tão severas quanto o infanticídio, pois o feto não apresentava humanidade, logo não carecia de direitos humanos. Sua prática era realizada em meios clandestinos por curandeiros, parteiras e até mesmo médicos em mulheres solteiras e casadas que almejavam evitar o crescimento desenfreado de uma família já bastante numerosa. De acordo com Michele Perrot, a redução da taxa de natalidade na França é alarmada durante o século XX, com a ascensão da Grande Guerra, que levará a crescentes iniciativas estatais que coíbiam a prática do aborto e de anticoncepcionais.

⁴² PERROT, Michele. *Minha história de mulheres* (tradução Angela M. S. Côrrea). – São Paulo: Contexto, 2007.

⁴³ LIEBEL, Sílvia. *Ingratas e pérfidas Medeias! Infanticídio e normatização da sexualidade feminina na literatura de rua francesa dos séculos XVI e XVII*. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 182-202, jan./jun. 2015, Pg. 187

⁴⁴ PERROT, Michele. *Minha história de mulheres* (tradução Angela M. S. Côrrea). – São Paulo: Contexto, 2007, Pg 70

A autora também relata os altos índices de mortalidade causados pelo parto, que reduziam em grandes chances a expectativa de vida de uma mulher. Com o surgimento da cesariana, na Itália da Idade Moderna, iniciou-se um processo de conduta ética-moral que levava ao seguinte dilema em caso de risco: salvar a mãe ou o bebê. A criança era escolhida na maior porcentagem dos casos. A dor simbolizava uma profecia divina a Eva no paraíso, na qual era preciso a superação da mulher de seu destino fadado para que esta garantisse a longevidade do recém-nascido.

O leite também se torna sagrado, pois sem ele a vida do filho poderia estar comprometida, ao mesmo passo em que ter um filho era o anseio das mulheres, que apreendem sobre seu objetivo terreno, mas as crianças quando nasciam já eram diferenciadas com o badalar dos sinos que durava mais tempo no batismo de um menino, do que no de uma menina, visto que os homens não se comprometiam apenas com a sua sexualidade, mas com as obrigações sociais incapazes de serem desempenhadas por uma mulher, visto suas fragilidades que as continham no seio do lar.

Ao abordar os corpos subjugados, Michelle Perrot questiona a submissão do corpo feminino aos interesses masculinos, que os “dominavam” fazendo uso da violência e do furto, a fim de satisfazerem seus prazeres sexuais. Ao abordar a subjugação dos direitos sobre o corpo na Idade Média pelo senhor feudal, a autora discorre sobre a defloração das servas, que mesmo questionada por pesquisadores, como um meio de desvalorizar o período, nos faz refletir sobre uma questão tão presente no período que o precede, e utiliza da religião para reduzir o direito de escolha das mulheres.

Todavia, o estupro coletivo é apontado como uma prática usual por pesquisadores que elucidam a necessidade do rito da iniciação de jovens, cujo objetivo era provar sua virilidade. Com isso, a mulher perdia o seu reconhecimento e seu status social era reduzido devido à perda da virgindade. As prostitutas e a profissionalização da venda do corpo ganham espaço, na medida em que as esposas e o vínculo prazeroso conquistado no lar não eram vistos com bons olhos. Afinal, uma boa mãe não podia ter as mesmas características que uma boa prostituta. Para Michelle Perrot, as prostitutas eram isoladas em “casas de tolerância”, identificadas como bordeis, e protegidas pelas autoridades.

“Essas casas são gerenciadas por “madames”, antigas prostitutas em conluio com autoridades policiais, e garantidoras da ordem. Existem duas categorias de prostitutas: “de carteira”, autorizadas e submetidas ao controle médico; e “da clandestinidade”, que são perseguidas o tempo todo pela polícia, que as vezes se confunde, provocando incidentes com mulheres “honestas”, vítimas de engano. Detidas, elas são submetidas a exame médico, sendo eventualmente mantidas na prisão: em Paris, Saint- Lazare é a prisão abrigo das mulheres na qual Edmond Goncourt se inspirou para escrever *La Fille Élisa* (1877).”⁴⁵

A religião também contribuiu para a desvalorização e a desigualdade entre os sexos. Como uma forma de educar a conduta feminina perante a sociedade, criava limites e imposições sobre respeito ao corpo e a beleza criadora da maternidade que acabavam por conduzir as mulheres a um padrão moral e do lar. A humildade é ressaltada por J. Bossuet a partir da hierárquica criação divina de Adão e Eva, na qual a mulher deriva do osso da costela do homem, devendo a ele fidelidade e companhia.

Na Igreja as mulheres deveriam ser submissas, respeitando o saber do homem e a capacidade de liderança familiar. Cabia a elas serem devotas e piedosas, além de servirem os maridos sempre que necessário. Porém, no âmago da Igreja também era encontrado o refúgio necessário contra o domínio e os abusos cometidos pelo homem. Nos conventos estavam aquelas que se exilavam do controle exercido por homens, devendo, porém, manterem-se puras e castas, a imagem de Maria, visto que o sexo tinha o intuito reprodutivo. Neles também ocorria um trabalho de educação e apropriação do saber que constituíam a formação dos objetivos da mulher em vida e sua responsabilidade de manutenção do lar e da harmonia social.

Outro fator relevante que designava o papel social da mulher era a caridade. Esta por sua vez cumpria uma importante função filantrópica que demonstravam a bondade e a benevolência da mulher tal qual designava os princípios bíblicos. No plano da escrita, os romances educativos eram apresentados em periódicos de cunho moralístico e religioso. No caso de *A Bela e a Fera*, Madame de Beaumont que viveu em um convento antes de frequentar a corte francesa, publicou no *Magasin des Enfants* um curta adaptado do conto escrito por Madame de Villeneuve que se consagrou como a versão clássica do conto por apresentar as crianças como distinguir a feiura física da

⁴⁵ PERROT, Michele. *Minha história de mulheres* (tradução Angela M. S. Côrrea). – São Paulo: Contexto, 2007, Pg 78-79

feitura moral, e a valorizarem o caráter e os bons costumes em detrimento das aparências externas, sendo a base do amor verdadeiro a bondade e não a beleza física.⁴⁶

Para Michelle Perrot, no plano familiar as mulheres ensinavam sobre fé e religião defendendo as práticas dos costumes da Igreja e a transição de crenças aos seus descendentes. Elas defendiam o soar dos sinos em cidades interioranas e contribuíam para a manutenção a ordem no templo sagrado⁴⁷. Ao citar Michelet, é questionada a intrusão na vida privada do casal pelo pastor, que se inseria em questões de interesses políticos e particulares por meio da confissão.

Na Europa protestante as igrejas contribuíram para o acesso ao saber a alfabetização de meninas que com a Reforma, puderam, através das escolas, aprenderem a ler e a escrever. No plano doméstico, as igrejas de Calvino e Lutero reforçaram a dominação do homem sobre a mulher a partir de conceitos como a obediência ao pai e ao marido.

“A mulher de pastor, modelo das mulheres reformadas, é tipo da mulher ajudante de seu marido no exercício de seu ministério. As mulheres protestantes no entanto eram mais emancipadas que as católicas, mais presentes no espaço público. Em prol do apostolado, elas eram cada vez mais numerosas a tomar a palavra, principalmente na Grã-Bretanha e na Nova Inglaterra.”⁴⁸

No entanto, não podemos afirmar que havia uma unicidade da ação durante o enlace do casal, na qual era hegemônico o consentimento de uma mulher. Em sua obra *Nas Margens*, Natalie Zemon Davis descreve a história de Maria Sibylla, que durante o século XVIII, renunciou ao seu matrimônio, primeiro para se vincular a uma seita protestante labadista, e depois, abandonou a Igreja para pesquisar e ilustrar insetos na América Central.

O divórcio de Maria Sibylla leva a especulações sobre suas causas, dentre elas são apontadas os “vícios vergonhosos de Graff e a escolha de Merian em viver com os labadistas. Por mais incomum que fosse, o excesso sexual dentro do matrimônio e as divergências espirituais não eram motivo para o divórcio, mas questionando a subversão

⁴⁶ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 27

⁴⁷ PERROT, Michele. *Minha história de mulheres* (tradução Angela M. S. Côrrea). – São Paulo: Contexto, 2007.

⁴⁸ PERROT, Michele. *Minha história de mulheres* (tradução Angela M. S. Côrrea). – São Paulo: Contexto, 2007, Pg.86-87.

do matrimônio pelos labadistas, seu casamento chegara ao fim quando esta contava 39 anos”.⁴⁹

Além disso, Maria Sibylla rompeu com os protestantes ao vislumbrar que a vida de renúncias não satisfazia seus desejos. Sua busca pelo conhecimento se contrapunha aos costumes labadistas que impunham a retração do aprender, por meio da censura de livros e da prática do seu ofício como ilustradora, uma vez que a tipografia da seita se destinava a obras de instrução religiosa e moral.

O mundo doméstico, creditado pelos povos como o mundo das mulheres, que neles podiam ser obedientes aos maridos e cuidarem dos filhos com excelências, foi desconstruído por Maria Sibylla. Consideradas incapazes de ultrapassar a barreira do seio familiar para constituírem uma vida social desenvolvida como os homens, haja vista que as capacidades de raciocínio e da genialidade pertenciam somente a eles, a mulher por mais que pudesse ler literaturas e escrever, era considerada imatura e presa às capacidades da paixão e da imaginação. Ao desbravar o Novo Mundo para estudar metamorfoses em animais, Merian consegue levar aos europeus, ricas informações sobre as transformações de lagartas, assim como testemunhar e analisar as plantas e fauna até então desconhecidas, junto a sua importância para a medicina moderna.

Maria Sibylla, segundo as palavras de Natalie Zemon Davis, foi uma pioneira, atravessando as fronteiras da instrução e do sexo para adquirir conhecimentos sobre insetos, cuidar das filhas, observar metamorfoses, pintar e escrever. Dedicou-se à atividade científica enquanto observava a transformação de lagartas no jardim de sua casa de maneira criativa, utilizando o meio doméstico para realizar sua pesquisa. Após o divórcio e ao abandonar a vida de renúncias com os labadistas (Merian criticava o controle da instrução e a censura de livros) para estudar as transformações de lagartas e insetos, viajou ao Suriname com sua filha sem uma companhia masculina, a negócios de forma autônoma, ou seja, sem o patrocínio formal do governo ou de empresas privadas, o que a tornava livre para tomar suas próprias decisões.⁵⁰

A expedição possibilitou a redefinição de aspirações da pintora que por meio da pesquisa estabeleceu relações com africanos e ameríndios caríbas em busca de lagartos

⁴⁹ DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVIII*/ Natalie Zemon Davis; tradução Hildegard Feist. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁵⁰ DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVIII*/ Natalie Zemon Davis; tradução Hildegard Feist. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997

que pudesse reproduzir. Com isso, produziu críticas contundentes a cerca do sistema econômico mercantil vigente, questionando os problemas da monocultura açucareira para a biodiversidade dos insetos, da fauna e da flora do Novo Mundo, demonstrando simpatia ao aborto ao relatar espécimes utilizados por indígenas e escravos que tentavam conter os abusos de seus senhores.

Para publicar seu livro sobre as metamorfoses da América, Maria Sibylla começou a cobrar caro para pintar para outro autor, com o intuito de cobrir os preços da edição. Tornou-se editora e autora de sua própria obra que levava o leitor europeu do familiar ao desconhecido, pouco explorado por outros ilustradores que antes pintavam através de relatos, e agora poderiam analisar representações de testemunho ocular comentados por Merian.

A resistência feminina também pode ser observada ao longo dos séculos de controle dos homens em esferas públicas (em igrejas, na política, na educação etc...) e privada, ou seja, no lar, sobre relatos de organizações que se expressavam no fim da Idade Média contra o abuso de poder dos clérigos e a ausência de participação feminina em cargos religiosos. Michelle Perrot relata o movimento das beguinhas, que conquistou uma leva de seguidores durante o século XIV na França e na Alemanha por reunir mulheres sozinhas em abrigos que desenvolviam ofícios de zeladoras de doentes e tecelagem para a sua manutenção. Por não serem controladas pelas ordens religiosas, essas foram duramente perseguidas durante a Inquisição e o Tribunal do Santo Ofício, como é o caso de Marguerite Porete, autora de um tratado de pensamento livre, o *Miroir des âmes simples et anéaniés*, no qual afirmava que o amor divino não passava necessariamente pelos sacerdotes. Por não se retratar, foi queimada no movimento de “caça as bruxas”, em 1310, juntamente com outras mulheres que ousaram expressar opiniões críticas sobre os pilares arcaicos de uma sociedade patriarcal.

Em 1486 com a publicação do *Melleus maleficarum*, de Kraemer e Sprenger,⁵¹ a Inquisição legitimou sua prática de perseguição às mulheres consideradas hereges ao definir quem eram as feiticeiras e quais as suas principais práticas. O fogo era considerado um purgador dos pecados cometidos por elas, que foram legalmente queimadas em lugares como a Alemanha, na Suíça, no leste da França, na Itália e na

⁵¹ PERROT, Michele. *Minha história de mulheres* (tradução Angela M. S. Côrrea). – São Paulo: Contexto, 2007.

Espanha. Durante a Idade Média e no início da Idade Moderna, cerca de cem mil vítimas foram queimadas com o fogo purificador, sendo que 90% delas eram mulheres. Com a reforma protestante, as mulheres consideradas feiticeiras não sofreram intervenções em defesa de seus ideais e práticas, em geral relacionadas ao curandeirismo. Estas eram visualizadas pelos protestantes, tal como pelos católicos, eram as “filhas do diabo” e seus hábitos eram nocivos aos bons costumes e à vida dos cidadãos que ansiavam por transformações nas práticas religiosas, inclusive para outras mulheres.

Além disso, as “filhas do diabo” eram condenadas por defenderem a razão (junto aos filósofos da modernidade) e a medicina moderna que no período era vislumbrada como magia. As fórmulas, elixires e ervas exóticas por elas utilizadas para curar os corpos manifestavam um despertar de uma sexualidade desenfreada e “insaciável”. Michelle Perrot⁵² relata sobre a sexualidade das feiticeiras a partir da subversão de idades, como a prática do ato sexual durante a menopausa e de gestos com posições consideradas pecaminosas até então. Eram elas representadas na narrativa bíblica por Lilith, primeira esposa de Adão, que o deixou, pois ele não a havia deixado “dominá-lo”. Em uma sociedade cujo patriarcado doutrinava a conduta feminina, a condenação das feiticeiras pelo viés do erotismo, tornou-se então, essencial.

Ao abordar o medo construído em torno das mulheres durante a Idade Moderna, Jean Delumeau escreve em seu livro *História do medo no Ocidente* sobre a marginalização de judeus e mulheres e a construção do ideal apocalíptico e destruidor inserido na figura feminina. A proximidade associada entre a mulher e a natureza permeia a capacidade instintiva, mística, misteriosa e materna deste sexo. O oculto nato constituído pelo caráter feminino refletido aos homens do medievo à modernidade permite a construção de mitos, como o das feiticeiras que solucionariam o medo e a catástrofe por meio do extermínio massificado.

Os homens teriam procurado, segundo o autor, um responsável pelo desaparecimento do paraíso na terra, e por isso, encontraram nas descendentes de Eva as culpadas pelo mal magnífico, pelo prazer funesto, pela enganação, pelo pecado, a

⁵² PERROT, Michele. *Minha história de mulheres* (tradução Angela M. S. Córrea). – São Paulo: Contexto, 2007

desgraça e a morte.⁵³ Portanto, foi necessário condená-las a uma vida retida ao castigo e à penitência, a qual estaria condicionada a obediência ao marido e a prover de bons costumes. Se ousasse praticar outros hábitos que não fossem os de uma “boa esposa” estaria fadada a repetir as consequências de Eva no mundo, visto que o caos e a tragédia. Por terem a vaidade e a sedução como arma de manipulação, as mulheres não podiam ser levadas com seriedade, sendo elas menos críveis que os homens. Seus desejos não satisfeitos, hábitos de perfídias, cabelos frisados e o corpo sedutor as levam ao título de “amazonas do diabo” que atentavam constantemente contra a castidade de clérigos e homens da igreja.

Com isso, a Igreja Católica difunde o medo da mulher, pregando a associação entre a vida dos clérigos e a vida dos leigos, entre a sexualidade e o pecado e entre Eva e Satã. O medo de missionários que escreviam sobre a tentação e a condenação da vida sexual, que era constantemente remetida à personificação da mulher, e à tentação da carne, começa a se tornar regra para a vida dos comuns que encontram na obediência ao marido e no controle dos vícios acometidos pelas mulheres, a solução dos problemas sociais.

As feiticeiras representavam a ambição demoníaca de um demônio que não se conteve com a superioridade do saber divino. Elas representavam a “pretensão ao saber” e logo uma incitação afrontosa aos poderes sacerdotais, da nobreza, dos homens, da razão e da fé, visto que para romper com os efeitos da magia demoníaca, somente o fogo da purificação poderia ser utilizado para extirpar o mal difamado pelas bruxas.

Portanto, o que se escreve sobre narrativas de mulheres no período moderno concentra-se em dois polos distintos: o da vítima e o da criminosa. As bruxas são inseridas em oposição ao padrão de mulher moldado por um patriarcado bem sucedido, como feias, sujas, más, invejosas, enfim, isentas das virtudes que uma boa mulher (esposa e mãe) deveria ter para realizar os desejos de um homem.

“[...] o ideal de beleza feminina pode funcionar indiretamente como meio de controle social, na medida em que a preocupação das mulheres com

⁵³ DELUMEAU, Jean, 1923. *História do Medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*/ Jean Delumeau: tradução Maria Lucia Machado; tradução de notas Heloísa Jahn. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Pg 468

a aparência física (beleza) absorve recursos (dinheiro, energia, tempo), que poderiam, pelo contrário, ser gastos melhorando seu status social.”⁵⁴

Os cabelos de uma mulher também eram vistos como símbolos da tentação e do pecado. A feminilidade da mulher concentrava-se em madeixas longas e a mostra, ora presas de acordo com as exigências do ambiente. Nas pinturas renascentistas, as feiticeiras eram representadas constando cabelos longos e drapeados e conforme pregavam as construções imagéticas da “mulher bruxa”. Esta poderia seduzir homens que, hipnotizados pelo encanto de suas madeixas, umas das formas mais comuns de erotização da mulher, eram levados ao pecado.

2.3. Representações do casamento em *A Bela e a Fera*

A conduta feminina dócil nas representações dos contos de fada, aliada à sua beleza infame são os atributos mais importantes para a caracterização de uma personagem mulher protagonista de uma história. O final feliz em *Cinderela*, *Branca de Neve* e *A Bela e a Fera* é representado por meio de uma grande festividade que visa unir o príncipe (encantando ou desencantado) à mocinha das histórias infantis em matrimônio.

Não menos importante, Madame de Villeneuve, desenha o final da história de *A Bela e a Fera* de uma forma um pouco diferente de outros contos até então elaborados por Charles Perrault ou pelos Irmãos Grimm. Acredita-se que Gabrielle-Suzanne Barbot buscava por meio de suas histórias denunciar o sistema matrimonial que até então vigorava, e consistia na união de jovens donzelas de quatorze anos com homens décadas mais velhos, sem que pudessem recusar-lhes seu corpo, opinar, escolher os hábitos e costumes que ansiavam por seguir, ou o ter direito ao divórcio.

O tratamento justo entre ambos os sexos, a felicidade encontrada em um casamento vidoiro, o respeito e o amor eram valores comumente enaltecidos por escritoras mulheres que, de maneira discreta, denunciavam os problemas enfrentados nos casamentos e expressavam suas expectativas e crenças de uma vida melhor.

⁵⁴ BAKER-SPERRY and GRAUERHOLZ, 2003, p. 723. No original: “the feminine beauty ideal may operate indirectly as a means of social control insofar as women’s concern with physical appearance (beauty) absorbs resources (money, energy, time) that could otherwise be spent enhancing their social status”

O primeiro casamento da escritora foi conturbado, e de acordo com os apontamentos de Rodrigo Lacerda, após seis meses de casada esta havia pedido a partilha de seus bens, tornando-os indisponíveis ao seu marido, que já havia consumido boa parte de seus dotes.⁵⁵ Cinco anos depois, Madame de Villeneuve fica viúva e se vê obrigada a ir a Paris escrever em troca de remuneração.

A partir disso, podemos levantar algumas hipóteses para a delimitação da protagonista Bela que em sua obra apresenta adjetivos que se subvertem ao rancor e a inveja de suas irmãs. São eles:

“A jovem tinha muito mais encantos para brilhar em sociedade do que qualquer uma delas. Uma beleza perfeita adornava sua juventude, seu humor inalterável cativava a todos. Seu coração, generoso e misericordioso, guiava todos os seus atos e palavras. Tão sensível como as irmãs às tribulações vividas por sua família, porém com uma força de vontade incomum numa adolescente, soube esconder a dor e colocar-se acima da adversidade. T tamanha era a determinação foi tachada de insensibilidade. Estava claro para todos, entretanto, que essa opinião era ditada pela inveja.”⁵⁶

Além da beleza física e formosura que levaram os conhecidos a apelidarem a protagonista de Bela, é necessário destacar características como a bravura, a determinação, o aguçado senso crítico e a relutância de Bela em se submeter à monstruosa Fera em laços de matrimônio. Tais características não são apontadas de forma direta pela autora, como são destacadas as virtudes de Bela, porém, nos é esclarecido que o comerciante seu pai, investira tão bem em sua educação, quanto na de suas irmãs mais velhas, devendo a isso o gosto de Bela pela leitura. No entanto, de forma contraditória, uma vez que o conto denuncie, mas não rompa com os ideais do patriarcado, os talentos decorrentes da educação formal da personagem que mais agradavam quem estava por perto eram sua linda voz e os incontáveis instrumentos que dominava. Afinal, nada melhor do que uma esposa que soubesse agradar a plateia presente nos salões.

Além disso, em diversas partes do conto é plausível a relutância da filha caçula a se juntar a Fera em leito, visto que além de não amá-la, não conseguia olhar para ela sem que sentisse o horror nos olhos de um monstro que a havia aprisionado:

⁵⁵ LACERDA, Rodrigo. *A Bela e a Fera*: Fontes e versões de uma história. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

⁵⁶ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2016. Pg. 63

“A Fera então lhe perguntou sem rodeios se ela aceitava dividir o leito com ela. Diante dessa pergunta imprevista os temores de Bela se renovaram e, num grito terrível, ela não se conteve:

-Oh, céus, estou perdida!

-Em absoluto – respondeu tranquilamente a Fera – Não se assuste. Responda francamente. Diga sim ou não.

Tremendo, Bela respondeu:

-Não, Fera.

-Pois bem, uma vez que a senhorita não quer – replicou o monstro, dócil -, vou embora. Boa noite, Bela.

- Boa noite, Fera – disse com grande satisfação a moça assustada.

Aliviada por não precisar temer a violência, ela se recolheu tranquilamente e adormeceu.”⁵⁷

Por outro lado, o início do conto de Madame de Villeneuve nos aponta um interessante viés que possivelmente nortearia a trama de *A Bela e a Fera*, o casamento como solução para os problemas econômicos. O pai de Bela, após perder todas as suas riquezas na metrópole em que vivia, através de um incêndio que queimara seus bens e títulos bancários, vê-se obrigado a mudar para uma cidadezinha interiorana, levando consigo seus doze filhos. Contudo, suas filhas mais velhas hesitam em deixar a cidade creditando que rapazes conhecidos iriam desposá-las, mesmo após o infortúnio da pobreza. Enganadas, as primogênitás percebem que além da honra, haviam perdido com o incêndio o mais belo de seus atributos, “a súbita bancarrota de seu pai.”⁵⁸ A autora nos deixa claro que as filhas mais velhas nunca perderam a esperança de retomar a vida de luxo e riqueza, almejando conhecer pessoas, namorar e se casar com o primeiro pretendente que aparecesse e lógico, as levasse a uma vida melhor.

Ao contrário das outras irmãs, Bela não almejava se casar tão cedo, dado que sua união com um homem seria a consequência do abandono de seu pai, pessoa a qual era muito grata e obediente. Entretanto, quando ao fazer uma viagem e afanar uma rosa de um castelo como presente para sua filha caçula, o comerciante preso acaba por vincular um contrato muito semelhante aos princípios do matrimônio mencionados no início do capítulo, em que a filha era entregue ao marido, no caso a fera, sendo esta um

⁵⁷ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 106-107

⁵⁸ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 60

patrimônio familiar, concedido como um elo que representava a aliança, entre as famílias.

“(…) A filha que porventura o acompanhe terá de vir espontaneamente, caso contrário não quero. Verifique se alguma delas é suficientemente corajosa, e o ama o bastante, para sacrificar a vida em troca da sua. Você parece um homem honesto: dê-me sua palavra de que voltará dentro de um mês. Se conseguir persuadir uma delas a acompanhá-lo, ela permanecerá em meus domínios e você retornará.”⁵⁹

A troca pela filha é desenvolvida no conto como a única salvação de um príncipe aprisionado na horrenda figura de um monstro, que somente com o amor verdadeiro poderia ser liberto. Assim como nos ritos dos casamentos, após a troca da filha era concedido um dote por parte do noivo ao genro como meio de retribuição a tutela da esposa. Como a entrega firmava o acordo entre as famílias, era garantia do contrato que nenhuma das partes passasse por necessidade alguma. A submissão da Bela a Fera leva então a concessão de bens valiosos do príncipe ao comerciante, o que pode ser associado à troca de dotes:

“ – A Fera zombou de nós – lamentou-se -, fingiu me doar uma riqueza imensa e me impede de leva-la comigo.

- Não se apresse em seu juízo- respondeu Bela -, o senhor não provocou sua generosidade com nenhum pedido extravagante, tampouco com um olhar ávido e interesseiro. A zombaria não faria sentido. Penso, uma vez que o monstro afirmou que ele dará um jeito de fazer com que o senhor desfrute dessa riqueza. Basta fechar os baús e deixa-los aqui. Aparentemente, ele sabe o tipo de coche no qual expedi-los.”⁶⁰

Além disso, a garantia da obediência da Bela a Fera leva o monstro a retribuir o pai, que não deveria voltar a encontrar a filha, que aparentemente não aprenderia a amá-la enquanto estivesse na presença do pai, figura masculina tão querida pela adolescente.

“- Ah! E o que acha que se tornará após a partida de seu pai?

- O que bem lhe aprouver- ela disse -, minha vida está à sua disposição, submeto-me cegamente ao destino que vier a me reservar.

- Sua submissão me satisfaz – replicou a Fera - ,e, uma vez que é assim, que não a trouxeram à força, permanecerá comigo.”⁶¹

⁵⁹ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 80

⁶⁰ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 99

⁶¹ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 96

Partindo desse pressuposto, a donzela apresentará todos os requisitos necessários para ser uma boa esposa. Era obediente e temia ao marido, bondosa e bonita ao mesmo tempo, paciente, educada e sabia entreter os salões. Porém, de acordo com a perspectiva moderna de romance e contrariando as obrigações de uma esposa no leito conjugal, a troca que ocorrera entre a Fera e o comerciante não havia sido suficiente para que se consagrasse o matrimônio. Por mais que o príncipe perguntasse todas as noites a donzela se esta desejava ir para o leito com ele, faltava um requisito fundamental para que o casamento se consumasse e para que união fosse legalizada: o amor.

Por ser uma narrativa composta por uma mulher, acredita-se que as projeções de um casamento por amor, sendo este também uma construção, baseado nos princípios de afeto e igualdade, tenham colaborado para a composição de uma protagonista que relutara em entregar-se para um homem, no caso uma Fera, sem que ali houvesse amor. Ora, se por um lado a denúncia de casamentos com homens décadas mais velhos, personificados na figura assustadora do monstro é posta em diálogo com um protagonista que se recusa a deitar-se no mesmo leito que ele, por outro, a história não deixa de ser um conto de fadas, que em conformidade com o sistema patriarcal vigente, busca conceber um “romance” que reflita os sonhos de mulheres que anseiam por um casamento feliz.

Com isso, os princípios morais se destacam na construção narrativa do conto. A história de uma Fera que deturba os olhos humanos é destrinchada a partir de um importante preceito baseado no merecimento para a conquista da felicidade e do amor. Já dizia a bondosa fada do sonho a Bela que, “Um destino mais ilustre a espera: se quiser merecê-lo, *não se deixe seduzir pelas aparências*”. Para alcançar tal objetivo a donzela necessitava colocar de lado seus preconceitos e o temor da brusca mudança (como a troca da companhia de sua família para estar ao lado da Fera), permitir-se estar aos domínios do monstro e a ele ser grata.

Ademais, quando dormia a moça se encontrava com um Belo príncipe em sonho, que alegando amá-la e atender os seus pedidos, prometendo a esta uma felicidade recíproca, só encontrada em sua companhia, visto que o destino deste encontrava-se nas mãos de Bela, aconselhava-a da seguinte maneira: “- O que posso fazer? – ela respondeu

precipitadamente. - Obedeça ao que dita a gratidão – ele respondeu. - Não consulte seus olhos e, sobretudo, não me abandone, libertando-me do terrível martírio que padeço.”⁶²

A partir de então, a moça começou habituar-se a viver com a Fera, entendendo que o que a fazia parecer rude, eram sua natureza que com o uso do órgão vocal, tendia mais para a rudeza do que para a fúria. Até então Bela acreditava que o príncipe dos sonhos era mantido preso no castelo pela Fera, e que sua bondade poderia libertá-lo. Desconhecendo então, do encantamento da bruxa que tornaria ambos a mesma pessoa.

Por sua vez, o conto não se isenta de uma característica importante e até então pouco desenvolvida em jovens protagonistas literárias. A resistência de Bela em ceder o controle de seu corpo a um homem travestido na figura de um monstro representaria, além dos receios sofridos pela jovem adolescente, sua liberdade de escolha, a qual não havia sido censurada pelo ser que a obrigou a dividir o lar. Tal abordagem poderia simbolizar uma exclamação para a união de mulheres com seus maridos arranjados pelos pais, em troca de algum bem valioso, ou até mesmo de sua liberdade ou aquisição de prestígio social em virtude dos casos de “desvirginização” enquanto solteiras, que se recusavam a dividir o leito com seus maridos por outros escolhidos. Esta rebeldia nos alerta para uma importante consequência em parâmetros sociais, pois, o casamento não consumado era considerado um casamento sem valor, o que poderia levar a devolução das esposas às suas famílias, ou à sua condenação por desobediência aos seus maridos.

Bela, após os incessantes questionamentos da Fera sobre dividir o leito, observa durante o jantar a alternância no tom de voz do anfitrião. Com isso, ela questionava:

“Qual será o desfecho de tudo isso? ruminava. A pergunta que o monstro me faz todas as vezes, se eu quero me deitar com ele, prova que persevera em seu amor. Seus presentes confirmam isso. Contudo, embora ele não insista em seus pedidos, e não demonstre nenhum ressentimento face as minhas recusas, quem me garante que não irá perder a paciência e minha morte não será o preço disso?”⁶³

Com isso, ao se aproximar do monstro e parar de temer a sua fealdade Bela é aconselhada pela dama do sonho a seguir com coragem e evitar se inclinar as aparências externas. O dever a ser cumprido de uma esposa deveria ser no matrimônio o principal compromisso de uma mulher. Satisfazer as vontades do marido e procriar seus genes.

⁶² BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 102

⁶³ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 116

Porém, com a ascensão da literatura romanesca, entre os séculos XVIII e XIX, valores para além da satisfação das “necessidades” masculinas são colocados em vigor, tais como a felicidade da mulher, dependente da felicidade do casal e o respeito das vontades individuais dos cônjuges.

“Coragem, Bela; seja o modelo das mulheres generosas, sensata e encantadora. Não hesite sacrificar a inclinação ao dever. Você está no verdadeiro caminho da felicidade. Será feliz, mas para isso não pode se fiar nas aparências enganadoras.”⁶⁴

Por consequência, a primeira parte da obra da Madame de Villeneuve concentra-se na resistência e opulência de Bela em se entregar no mesmo leito que a Fera, visto que ela estava sendo atormentada todas as noites pela fada do sonho e pelo príncipe que imploravam por redenção. Um dos pontos ápicos da primeira parte do conto é o diálogo da senhorita com seu pai, que argumenta em favor de Bela se entregar ao matrimônio com a Fera em símbolo de gratidão a benevolência por ela consentida, haja vista que o monstro libertou a família da miséria. O pai consente que Bela não deva tomar os olhos como únicos conselheiros e deva, portanto, obedecer aos impulsos que esta inspira, acreditando que será feliz. Os benefícios que são prometidos à Bela em troca da consumação do matrimônio no leito, demonstram ser o suficiente para que esta vença sua repugnância. O pai então alegava:

“Tome as providências apropriadas para que sua união seja eterna. É mais vantajoso ter um marido de bom caráter que um cujo único mérito é a estampa bonita. Quantas moças não são obrigadas a desposar Feras ricas, porém mais feras que a Fera, que só o é pelo aspecto, e não pelos sentimentos e ações?”⁶⁵

Por mais que concordasse com os termos apresentados pelo pai, Bela se recusava a contrair o matrimônio com um monstro medonho, que para a protagonista, “o intelecto era tão rude quanto o corpo”. Tais características nunca foram almejadas pela garota como o “marido dos sonhos” e sua relutância em esperar pelo príncipe com o qual conversava a noite, poderia representar a angústia de jovens donzelas, que obrigadas e com receio de se casarem, lutam contra suas crenças e desejos, por ora cultivados pela literatura que idealizava um casamento feliz. Para Bela:

“-Como aceitar um marido com quem não poderei entreter-me e cuja fealdade sequer é compensada por uma conversação agradável? – respondeu

⁶⁴ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 125

⁶⁵ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 134

ao pai. – Não ter nada para me distrair e nem como fugir desse aborrecido convívio? Não poder desfrutar de um pouco de solidão? Resignar-me a ouvir cinco ou seis perguntas que dirão respeito ao meu apetite e à minha saúde? Ver essa conversa bizarra terminar com uma “Boa noite, Bela”, refrão que meus papagaios sabem de cor e que repetem cem vezes por dia? Não está ao meu alcance assumir tal compromisso, prefiro morrer subitamente a morrer um pouco a cada dia, de medo, sofrimento, desgosto e tédio. Nada fala a favor dessa Fera, a não ser a delicadeza que ela tem me fazendo apenas uma curta visita a cada vinte e quatro horas. Isso é o bastante para inspirar o amor?⁶⁶

Entretanto, com todas as angústias da jovem postas à mesa, o pai de Bela se recusava a ver a barbárie em uma Fera que lhe apresentava tamanho bom gosto e ordem em sua casa, alegando a civilidade no ser monstruoso que não poderia ser obra de um imbecil. O pai mantinha seus pensamentos a respeito do matrimônio e argumentava que o namorado noturno de Bela, atrapalhara que esta se encantasse pelo monstro, visto que os requisitos entre um príncipe que se assemelha ao Deus do amor aos de um rude monstro, não colaboravam em favor do amor de Bela pela Fera.

Já na segunda parte do conto, a narrativa se ocupa do retorno de Bela ao palácio, de sua batalha contra seus receios e finalmente, da consumação do matrimônio com a Fera. Após tamanhas recomendações e sem mais forças para resistir e se curvar perante a elas, Bela decidiu vencer o medo e aceitar ao pedido da Fera de dividir o leito conquanto que esta lhe fosse fiel e a fizesse feliz, prometendo-o recebe-lo como esposo e lhe “jurar um amor carinhoso e fiel”⁶⁷. A opulência de Bela ao longo da primeira parte do conto é de fundamental importância para a construção de um matrimônio, que por mais que seja forçado, baseia-se no respeito, na lealdade e no amor. Após o convívio diário com o monstro e das recomendações que a aconselhavam a superar a aparência e a enxergar a beleza interior, a donzela aprende a vislumbrar as qualidades de um ser aprisionado em uma figura monstruosa. Porém, após aceitar receber a Fera como seu esposo, a narrativa aborda um ponto delicado para adolescentes que temiam a consumação do casamento, descrevendo a primeira noite da Bela com a Fera.

“Por menos impaciente que estivesse de se achar junto àquele esposo singular, Bela deitou-se. As luzes apagaram-se instantaneamente. Percebendo a aproximação da Fera, Bela temeu que o peso de seu corpo derrubasse a cama. Qual não foi sua surpresa ao sentir que o monstro deitava-se ao seu lado com a mesma leveza com que ela acabava de fazê-lo! Mais

⁶⁶ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 134-135

⁶⁷ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 151

espantada ficou ao ouvi-lo roncar quase imediatamente, tranquilizando-a com uma prova certa de que dormia um sono profundo.⁶⁸

De tal forma, Bela conseguiu quebrar o encanto de todo o palácio, libertando o príncipe de sua terrível condição de Fera. Quando acordou, encontrava-se ao lado de um magnífico homem, com o qual sonhara desde o seu primeiro dia no palácio. A humildade de Bela em curvar-se diante de seus temores e demonstrar gratidão, aceitando deitar-se ao lado da Fera, fez com que esta conquistasse a felicidade eterna e o amor com que tanto sonhara. O encorajamento de jovens a vencer seus medos de experimentar uma vida nova ao lado do marido, com o qual teriam tudo o que sempre sonharam desde que fossem virtuosas, gratas, pacientes, generosas e misericordiosas, apontavam as condições necessárias para uma mulher obter um casamento feliz, que superaria as dificuldades impostas pelas transformações e as conduziriam a um destino encantador.

2.4. Literatura moderna e o patriarcado

Pouco tempo depois da construção e do relato do conúbio em *A Bela e a Fera*, escreveu durante o fim do século XVIII na Inglaterra a obra *Orgulho e Preconceito* (1813) uma jovem denominada Jane Austen. A escritora relatou obras que questionavam com senso crítico aguçado o matrimônio durante a modernidade, como, *Razão e Sensibilidade* (1811) e *Persuasão* (1818).

Ao longo de sua vida, Jane Austen conviveu em um internato, junto a sua irmã Cassandra, para aprender sobre educação formal. Com livre acesso às obras literárias da biblioteca familiar forjou diversas escrituras que questionavam, de forma irônica e sutil, o sistema patriarcal vigente e a ascensão social por meio da constituição de laços matrimoniais.

Em *Orgulho e Preconceito* (1813), a autora denuncia à aristocracia inglesa por meio da construção de personagens arrogantes e prepotentes, e com suas cenas cotidianas é possível observar sua crítica ao sistema patriarcal, no qual a mulher possuía participação quase nula em questões políticas e econômicas. A obra acompanha o modo como a personagem principal, Elizabeth Bennet, lida com os julgamentos e a ignorância

⁶⁸ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 151-152

das famílias britânicas mais abastadas, ao mesmo tempo em que demonstra interesse por Mrs. Darcy, um homem solteiro e rico, cogitado pela maioria das mulheres do período.

O casamento e suas relações mais complexas, como a busca pela mulher ideal e pelo marido que proporcionará melhores condições de vida, são, logo nas primeiras linhas, temas discutidos pela autora que assim como Madame de Villeneuve discorre sobre a importância do dote para a solução de problemas econômicos e a elevação do status social. Ambas as escritoras relacionam as qualidades de um homem por meio de seu patrimônio acumulado, delimitando os contrastes vivenciados entre as famílias e as jovens que por criticarem casamentos arranjados refutam a ideia de inserir-se neste sistema de consórcio sem que haja amor :

“É uma verdade universalmente reconhecida que um homem solteiro, possuidor de uma grande fortuna, deve estar em busca de uma esposa ideal.”

Embora pouco conhecidos sejam os sentimentos ou opiniões de tal homem quando ele adentra, pela primeira vez, em uma vizinhança, essa verdade está tão bem fixada nas mentes das famílias ao seu redor que ele é considerado a propriedade de direito de alguém ou de uma de suas filhas.”⁶⁹

Jane Austen faz uma crítica semelhante à produzida pela autora de *A Bela e a Fera* logo na primeira parte do conto ao criticar o preconceito causado pelas aparências externas e pelas primeiras impressões. A sutileza da autora é percebida com tom satírico e cômico no título de sua obra que ao ser analisada nos leva a compreender os desdobramentos de como a prepotência, o egoísmo e autovalorização da educação e do conhecimento levam a produção de julgamentos errôneos sobre os outros, principalmente no que tange a esta “caçada matrimonial” de um homem rico por uma “esposa ideal”. Enquanto Mrs Darcy sobrepõe suas supostas qualidades como requisito básico para o encontro de uma mulher compatível ao seu nível social e intelectual, Bela busca encontrar um homem que ame e que não travista da figura de uma horrenda Fera. As “primeiras impressões” são contestadas por princípios morais que subvertem reações de orgulho e preconceito em empatia e amizade que não resultam em outro fator se não o amor e o casamento.

⁶⁹ AUSTEN, Jane. *Orgulho e Preconceito*, (TRADUÇÃO E NOTAS MARCELLA FURTADO). São Paulo: Editora Landmark, 2012. Pg 11

Capítulo III- Bela, que educa, mas que protesta – recepção e representação da obra como meio de formação de condutas sociais

3.1 Educação e saber em A Bela e a Fera

A educação e o saber das mulheres quando trabalhado em um conto de fadas torna-se volúvel por se submeter ao mundo místico que o cerca. Em *A Bela e a Fera* o cenário no qual a obra é escrita, é marcado pelo medievo ao mesmo tempo em que permeia um período de transição, no qual a Europa se urbanizava e era movimentada pelas ideias iluministas burguesas. Junto a isto, somamos as paisagens compostas por castelos e as relações de servidão, herdadas do feudalismo que compunham sua caracterização. Portanto, ao analisar o saber na obra, levanto hipóteses para a formação do intelecto de Bela, a partir do viés fantasioso no qual o conto se insere, investigando também as possíveis influências do iluminismo para a educação de mulheres.

Ao longo da Idade Moderna, conforme caminhava a liberação do processo educacional para as mulheres, caminhava também o acesso ao conhecimento de seus direitos, assim como do senso de desigualdade existente entre homens e mulheres. O lugar social de uma mulher no matrimônio consistia no reconhecimento desta de suas obrigações para com seu esposo, bem como obedecê-lo, como manda o decreto divino. A educação, defendida inclusive por Rousseau, como direito iminente das mulheres, representava, porém, um meio a mais do controle feminino pelo patriarcado, a qual cabia ensinar às jovens moças, como se portar, agradar e obedecer aos homens de sua família, servindo-os e mantendo a harmonia e a felicidade do lar.

Anete Abramowicz afirma que apesar de o cenário dos contos serem marcado pelo mundo feudal, a construção das narrativas transita pela concepção do mundo camponês com o humanitarismo democrático burguês em ascensão.⁷⁰ Os contos designam papéis que seus escritores literários almejam transpor e são, portanto, socialmente aceitos por crianças segundo as ideologias de classe, riqueza e poder inseridos no contexto familiar. Emergem, portanto, princípios familiares, a partir da concepção masculina, de restrição moral, sexual que são recompensados por valores burgueses como o casamento e a estabilidade financeira. Segundo a autora:

⁷⁰ ABRAMOWICZ, Anete. *Contos de Perrault, imagens de mulheres*. Cad. CEDES, Campinas, v. 19, n. 45, p. 80-98, July 1998.

“Os contos de fadas sempre significaram diálogos: entre governantas e crianças privilegiadas, entre pobres e ricos, entre adultos e crianças, um diálogo impregnado de convenções sociais que favorecem determinados interesses e reforçam um tipo de discurso admitido. Os contos de fadas são importantes, pois revelam como os valores e hábitos sociais foram parcialmente influenciados pela literatura e constituem dados importantes na educação de uma criança.”⁷¹

Tais contos transmitem o quadro do processo civilizador moderno, especialmente em países como a Inglaterra e a França, a partir da construção de uma “comunidade nacional” por meio da intenção de grupos letrados em inculcar crenças e protocolos a jovens, como discorre Abramowicz ao citar o historiador Eric Hobsbawm. Tais interesses são representados por meio de transformações políticas, sociais e religiosas que consolidam, em contos antes transmitidos oralmente, de acordo com suas influências culturais caracterizadas por seu tempo e espaço de divulgação, narrativas literárias de ideologias aristocráticas e burguesas. Logo, o homem civilizado representa um personagem acrescido de valores morais e éticos burgueses em um cenário de fácil assimilação de acordo com seus antecedentes provenientes da oralidade.

Nesse interim, os contos representavam um recurso utilizado pela aristocracia dos estados modernos, ao longo dos séculos XVII e XVIII, para compor o imaginário social de valores, hábitos e costumes considerados necessários para a consolidação do ideal civilizatório, conforme instruíam as demandas de nobres e burgueses. Eles são mediadores entre seu espaço de criação (salões da corte francesa durante o século XVII, Fábulas de Perrault) e a cultura popular, possibilitando, com a escrita, formas de conduta social e educacional para a composição dos parâmetros familiares de uma sociedade moderna e não menos importante, para a formação de jovens mulheres que alcançariam a felicidade com o casamento.

“O homem civilizado é o homem da corte acrescido das qualidades burguesas de honestidade, aplicação, responsabilidade e ascetismo. Nos contos de fadas não há padres nem igrejas e as transformações mágicas não levam a nenhum outro mundo - é o mesmo mundo, porém civilizado e higienizado. O sonho dos personagens das classes inferiores ou das pessoas oprimidas não se realiza pela criação de uma nova ordem social ou de novas relações familiares, mas sim pela obtenção de reconhecimento no interior e no exterior de sua família de origem, pois é a tensão, e não a harmonia, a característica das relações familiares: há conflitos na família, mas não há rejeição.”⁷²

⁷¹ ABRAMOWICZ, Anete. *Contos de Perrault, imagens de mulheres*. Cad. CEDES, Campinas, v. 19, n. 45, p. 80-98, July 1998.

⁷² ABRAMOWICZ, Anete. *Contos de Perrault, imagens de mulheres*. Cad. CEDES, Campinas, v. 19, n. 45, p. 80-98, July 1998.

Além disso, os contos eram pautados para apresentar um diálogo apurado nos hábitos da sociedade da corte e dos burgueses, que manifestariam em seus métodos educacionais os comportamentos culturais que almejavam instituir com o objetivo de atingir a civilidade. Com isso, tornou-se importante para a sociedade francesa dos séculos XVII e XVIII a composição de histórias clássicas que permitissem às crianças desenvolverem expectativas de um futuro promissor a partir da projeção da formação da família e do casamento como fonte de desenvolvimento e felicidade.

No conto original de *A Bela e a Fera* a visão do matrimônio a partir da descrição feminina, nos permite entender para além do que se ansiava construir, ou seja, o casamento como urdidura do futuro prospecto de Bela. Madame de Villeneuve depreende de seus objetivos as angústias da vida em casal a partir da concepção da perda da “individualidade” da protagonista. A liberdade é a todo o momento posta à prova, quando se associa o matrimônio ao cativo com a Fera. Entretanto, sendo um conto que se destinava a conduta moral de jovens, e o comportamento moldado pela noção de família e casamento, a autora escreve sobre a liberdade decorrente do merecimento, cabendo ao papel da esposa virtudes como bondade, fidelidade e gratidão.

Rachel Soihet define a exclusão das mulheres, a partir da cultura de submissão e do avanço dos ideais de progresso e civilização, entre os séculos XVI e XVII, de espaços de esfera pública, da igualdade jurídica, da inculcação escolar dos papéis sociais, entre outros, como um meio de violência simbólica a mulher considerada por anos como uma interiorização natural, radical e irreduzível. Excluídas da cidadania política e civil, as mulheres buscaram um meio de inserção e reparação dos danos causados por desastrosa violência, construir direitos humanos que às lançassem no mundo criativo, alegando serem portadoras das mesmas capacidades cognitivas que os homens e com isso portarem direitos que equalizassem a desmoralização social pela qual passavam.⁷³

De acordo com os comentários de Rodrigo Lacerda sobre as versões do conto para a editora Zahar, o público dos contos se resume ao seguinte alcance e formação:

“Das duas versões de *A Bela e a Fera* aqui reunidas, a de Madame de Beaumont é curta, no formato mais usual dos contos de fadas que conhecemos, enquanto a de Madame de Villeneuve é bem mais longa,

⁷³ SOIHET, Rachel. *VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: saberes masculinos e Representações Femininas*. Estudos feministas. Vol. 5, No. 1 (1997), pp. 7-29

chegando ao tamanho de um romance. A de Beaumont é dirigida às crianças e suas professoras/preceptoras, a de Villeneuve é nitidamente voltada para o público adulto. (...)

Alguns críticos veem uma mudança de ênfase de uma versão para a outra, pois, enquanto Villeneuve daria maior importância ao processo de humanização vivido pela Fera, Beaumont daria maior importância ao esforço de Bela para se abrir ao diferente em nome da virtude. Assim, o espírito feminista mais crítico e rebelde de Villeneuve parece dar lugar a uma atitude que visa à edificação moral e, de certa forma, ao conformismo.”⁷⁴

A versão original do conto nos permite compreender que Bela, além de portar de atributos como sua beleza e sua bondade, também era instruída de uma boa educação esmerada por seu pai. A jovem cumpria com vigor os requisitos pregados pelo escritor das luzes Rousseau, na qual a educação de meninas deveria agradar e ser útil aos homens, entreter os salões e os maridos nos momentos de tédio. Madame de Villeneuve descreve:

“Sempre disposta a consolar o pai e os irmãos com sua graça e bom humor, concebia mil coisas para entretê-los e diverti-los. O comerciante não poupava recursos para dar uma educação esmerada a ela e às irmãs, o que lhe foi muito útil naqueles tempos difíceis. Tocando virtuosamente diversos instrumentos, que acompanhava com a voz, incentivou as irmãs a seguirem esse exemplo, mas seu entusiasmo e paciência não tiveram outro resultado senão torna-las ainda mais ranzinzas.”⁷⁵

A característica da responsabilidade e do companheirismo ressalta aos olhos do leitor, quando em meio aos infortúnios de um incêndio que havia destruído todos os seus bens recupera a alegria de toda a família diante a adversidade. A protagonista da narrativa, contudo, por mais que detenha os atributos necessários para o lazer, não possui seu conhecimento limitado ao entretenimento, visto que seu senso crítico aguçado ocupa boa parte do enredo da história.

Por outro lado, a prudência e a destreza, aptidões correspondentes a pessoas sábias, eram qualidades de Bela. Quando seu pai parte para recuperar a carga de um de seus navios que haviam retornado ao porto este pergunta aos seus filhos qual souvenir gostariam que lhes trouxesse no retorno da viagem, e a caçula, ao perceber que os presentes que as irmãs requisitaram, haviam preenchido toda a riqueza reembolsada pelo comerciante, pede uma flor, que além de simbolizar sua humildade, representa sua compreensão sobre economia e sua cognição de que a ambição seria de menos valor do

⁷⁴ LACERDA, Rodrigo. *A Bela e a Fera*: Fontes e versões de uma história. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. Pp 24, 26.

⁷⁵ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016. Pg. 62

que desperdiçar as riquezas da família que se encontravam escassas: “Bela, a quem a ambição não tiranizava e que só agia com prudência, logo percebeu que, se trouxesse o que elas pediam, ele não ficaria com nada.”⁷⁶

Observamos a partir deste trecho, que mais uma vez a narrativa utiliza as irmãs mais velha de Bela para ressaltar as virtudes da donzela, que “atormentam o pai com extravagantes encomendas”, enquanto a irmã, tomada pela realidade evita gerar mais despesas. No entanto, ao ressaltar as virtudes de Bela, a estória nos deixa escapar o hábil conhecimento da menina que está sempre a solucionar os problemas econômicos do pai, mesmo que para isso, precise esconder os bens acumulados das irmãs.

Em conformidade para salvar seu pai do cativeiro proposto pela Fera, Bela aproveitou seu tempo no palácio para procurar passatempos que a impedissem de se submeter ao tédio. Ao passar por salas repletas de espelhos, de pinturas e de instrumentos, o qual ela aproveitou dando preferência ao que mais se harmonizava com a sua voz, o cravo, Bela finalmente encontrou a biblioteca.

A paixão da moça pela leitura é retratada tanto na versão clássica, quanto na original e os filmes criados pelo universo cinematográfico Disney também apontam para o gosto da menina pela extensa biblioteca presente no castelo, a qual depois lhe é entregue de presente pelo monstro. A biblioteca descrita por Madame de Villeneuve encontrava-se disposta ao lado de uma galeria e chamava atenção da menina não somente por ser luxuosa, mas pelo fato de que desde a transição de Bela da metrópole para o campo a jovem estava isenta do prazer que sentia pela leitura:

“Dessa sala passou a outra galeria, semelhante à dos quadros, onde havia uma imensa biblioteca. Gostava de ler e, desde sua mudança para o campo, tinha se visto privada dessa atividade. Seu pai, devido à desordem em seus negócios, fora obrigado a vender todos os livros. Sua paixão pela leitura podia facilmente ser saciada naquele local e protege-la do tédio e da solidão.”⁷⁷

A construção da história de Bela como uma heroína que, para se efetivar, basta encontrar um par, é questionada do ponto de vista de Georges Duby que defende que para inovar ao produzir uma história de mulheres, não necessariamente é preciso romper brutalmente com seus valores tradicionais. De acordo com o historiador, para captar a

⁷⁶ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 65

⁷⁷ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg.104-105

História das Mulheres não é preciso fazer delas um objeto, mas sim utilizar suas permanências e transformações em favor do estudo de suas representações em suas ações e silêncios, recusando a formulação de pontos de vista estereotipados, para que se compreenda a multiplicidade das figuras evocadas.⁷⁸

Portanto, é possível evocar, que no conjunto das inserções sociais e no tempo histórico no qual se insere a obra, o senso crítico de Bela que questiona a partilha do leito com a Fera e ressalta a importância da sua felicidade individual, preceito base do pensamento iluminista e até mesmo liberal, simbolizam características importantes para uma personagem feminina que não se isola do matrimônio, nem mesmo rompe com o sistema patriarcal. Contudo, tais permanências do tradicional sistema, não desmerecem as conquistas de um conto infantil escrito para mulheres que aprendem a questionar, criticar e exigir a igualdade e a felicidade como a finalidade de um destino fadado ao casamento.

Em outro momento do conto, quando Bela persiste em desbravar os cômodos do palácio, a princesa encontra um gabinete, no qual a porta se abria para o mais belo país do mundo. Os desdobramentos sobre a ala do castelo nos permitem compreender uma possível referência da autora sobre o “Novo Mundo”, em que são descritas plantas e animais exóticos os quais viriam a servir Bela como servos, ajudando-a a se vestir e em seus afazeres diários.

“(…) Bela deparou com outro bando emplumado: eram papagaios de todas as espécies e cores. Vendo-a, todos começaram a palrar. Um dava bom-dia, outro pedia para almoçar, um terceiro, mais galante, solicitava um beijo. Vários cantavam árias de ópera, outros declamavam versos dos melhores autores, e todos se ofereciam para diverti-la. Eram tão doces e meigos como as outras aves. Sua presença lhe proporcionou um verdadeiro prazer, pois, não apreciando o silêncio, teria assim com que falar. Interrogou vários, que lhe responderam, parecendo animais inteligentíssimos. Escolheu o que mais lhe agradou”.⁷⁹

A descrição de Bela do país poderia indicar as influências sobre as descobertas da Idade Moderna acerca da América, que levava a idealização de um paraíso em terra, composto de belas paisagens que se opunham aos tempos “trevosos” da Europa. Além disso, as descrições da jovem de um “bando de símios e de macacos com faces humanas” se associam às representações forjadas ao longo dos séculos XVIII e

⁷⁸ PERROT, Michelle & DUBY, Georges. *História das Mulheres no Ocidente*. Edições Afrontamento

⁷⁹ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg. 110

consolidadas no século XX sobre os estudos de raça e, sobretudo da evolução, sendo o segundo, pregado veemente por filósofos iluministas que tinham como base o princípio progressista.

Para isso, a autora descreve que os animais se mostravam honrados com a sensibilidade da moça em lhes fazer uma visita, que os agradece com carícias e manifesta o desejo de que lhes fizessem companhia. A submissão dos macacos à Bela é retratada com muita cortesia, sendo os animais respeitosos e sensíveis às ordens da menina que era servida tal como uma rainha:

“No mesmo instante, dois grandes símios em trajes de corte, que pareciam esperar por suas ordens, vieram colocar-se gravemente ao seu lado, enquanto dois macaquinhos espertos pegavam seu vestido para atuar como pajens. Um orangotango engraçado, vestido como um escudeiro espanhol ofereceu-lhe a pata enluvada. Acompanhada por esse singular cortejo, Bela foi fazer sua refeição. (...) os macacos que haviam se feito garçons de Bela, assumindo num piscar de olhos seus cargos e encargos, deram início às suas funções e a serviam cerimoniosamente, com a elegância e o respeito com que as rainhas são servidas”.⁸⁰

Os povos evoluídos, de acordo com as análises eurocêntricas da Idade Moderna, representariam os europeus, condecorados a levar o progresso e a civilização para aqueles considerados “menosprezados” por terem suas capacidades intelectuais e de transformação da natureza “inferiores” às do homem branco. Indígenas, mestiços e africanos, poderiam ser associados a partir de tal citação, aos macacos que se demonstravam satisfeitos em servir a jovem, aprender sobre moral, ética e costumes e também diverti-la com representações teatrais e música, uma vez que a companhia dos animais a livrava da solidão.

Ao fim do conto, quando o príncipe é liberto do encanto que o aprisionava a figura da Fera, surgem no palácio os reis, pais do monstro, e um rei que foi revelado pela Fada como verdadeiro pai de Bela. A junção de Bela ao matrimônio com o monstro pode ser descrita como uma condenação do romance que seu legítimo pai tivera com uma fada no passado, que por infringir as regras, viu-se privada de viver com seu esposo e filha, sendo a última punida com a infelicidade eterna:

⁸⁰ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg.112

“Que sua filha, fruto abjeto de seus amores covardes, se case com um monstro para fazê-la expiar a inconseqüência de uma mãe que teve a fraqueza de se deixar seduzir pela beleza frágil e desprezível de seu pai”⁸¹

O destino de Bela fadado ao casamento arranjado com um ser desprezível, personificado pela Fera, representa o retrocesso de uma conquista, que seria o casamento por escolha, entre a Fada e o rei da Ilha Bem Aventurada que infringiram todas as regras para viverem juntos. Porém, as Fadas descritas como “a inteligência”, caracterizadas pela sabedoria, discernimento e destreza, simbolizam a formação de Bela como uma mulher sábia, assim como sua mãe, ao ter sua vida transformada ao ser trocada com a filha do comerciante, em prol do desenvolvimento de valores morais como a humildade. Já dizia a Fada do sonho:

“Minha sobrinha pertencia ao grupo que eu não podia assistir plenamente. Não ousando revelar meu interesse por ela, pareceu-me mais vantajoso deixá-la viver como se fosse filha do comerciante. Sob diferentes formas, eu ia sempre visitá-la e voltava sempre satisfeita. Suas virtudes e beleza se harmonizavam com seu temperamento. Aos quatorze anos, demonstrara uma firmeza admirável durante os altos e baixos da fortuna do pai.”⁸²

Com isso, podemos influir, que a educação de Bela, se estabelece, mais do que um simples resultado de suas leituras, como consequência da manipulação dos personagens do conto que visavam cultivar valores morais e éticos na jovem, dignos de uma futura rainha. A educação informal, portanto, se baseia na humildade, na coragem, na destreza e sabedoria com que a menina considerava problemas e praticava suas ações, enquanto sua educação formal foi instruída pelo comerciante, por meio do patrocínio de educadores que lhe ensinavam sobre música e provavelmente, a ler e a escrever. O pensamento iluminista, presente no conto de forma sutil, por meio da valorização do prazer e felicidade individual e também pela percepção de progresso e civilização, elevam a personagem, sempre questionadora, a categoria de uma princesa ativa que luta pela defesa de seus direitos, de sua liberdade e principalmente, de sua felicidade sobre os valores arcaicos do matrimônio.

⁸¹ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg.202

⁸² BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.Pg.219

3.2 Como aplicar o conto A Bela e a Fera nas técnicas de ensino-aprendizagem?

O ensino de História no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio deve ser ministrado a fim de contribuir para o reconhecimento do aluno em seu espaço e tempo histórico, produzindo assim sentido para o passado relacionando-o às demandas do tempo presente.

De acordo com Jorn Russen a aprendizagem histórica ocorre por meio da atribuição de significado dos indivíduos ao tempo e às suas três dimensões (passado, presente e futuro) a partir do emprego da memória. Para o autor, é fazendo uso da memória que atribuímos significado ao presente e a partir dele conferimos ao futuro nossas perspectivas, sendo a consciência histórica um resultado da memória e da subjetivação da temporalidade feita por meio dela. O objetivo da consciência histórica baseia-se, então, na orientação do sujeito em direção ao tempo.

Ao pesquisar a interlocução entre narrativa e consciência histórica, Russen analisa a introdução da narrativa na consciência a partir do momento em que ela se apropria das lembranças para investigar as experiências temporais. O enredo também integra a consciência histórica ao estabelecer uma ligação temporal entre passado, presente e futuro nas representações do tempo pretérito, formulando então a idealização de continuidade.

Os fatos históricos são para Russen ações humanas decifradas, interpretadas e consideradas relevantes, posteriormente por sua sociedade, ou seja, os feitos humanos não são dados como história em seu exato momento de acontecimento, mas sim, após a aceitação social do fato como um fenômeno transformador do seu lugar de acontecimento.

As narrativas tornam possível o desenvolvimento da consciência histórica, sendo elas um meio de comunicação entre comunicador e receptor referentes a identidades históricas distintas. São elas produtos da mente humana que permitem aos indivíduos se localizar no tempo. Contudo, para que tais narrativas elucidem a memória e produzam consciência histórica, é necessário que exista um consenso entre as partes envolvidas (historiadores e audiência) no que tange à memória que cumpre a função orientadora.

Para que haja a aprendizagem histórica é necessário ocorrer uma transformação do indivíduo, na qual os fatos objetivos se tornam subjetivos. Segundo Rüssen:

“Na aprendizagem histórica, “historia” é adquirida: os fatos objetivos, coisas que aconteceram no tempo, tornam-se um assunto do conhecimento consciente tornam-se subjetivos. Eles começam a desempenhar um papel na construção mental de um sujeito. A aprendizagem histórica é um processo de fatos colocados conscientemente entre dois polos, ou seja, por um lado, um pretexto objetivo das mudanças que as pessoas e seu mundo sofreram em tempos passados e, por outro, o ser subjetivo e a compreensão de si mesmo assim como a sua orientação no tempo.”⁸³

Para trabalharmos com o conto *A Bela e a Fera* em sala de aula precisamos primeiro extrair do livro os fenômenos que iremos investigar junto aos alunos, podendo estabelecer em classe a análise comparativa entre o conto clássico, datado de 1756 por Madame de Beaumont, que se aproxima da versão cinematográfica produzida pela empresa Walt Disney Animation Studios, e a versão original, criada em 1740 por Madame de Villeneuve.

Portanto, podemos trabalhar com a unidade temática proposta ao 6º ano pelo BNCC “Trabalho e formas de organização social e cultural” a partir de “O papel da mulher na Grécia e em Roma, e no período medieval” como objeto de conhecimento, visando então descrever e analisar os papéis sociais da mulher no mundo antigo e na modernidade.

O pensamento histórico é de suma importância para a constituição da História como uma ciência e para o processo de subjetivação e formação da consciência histórica. A pragmática é estabelecida conforme as operações da consciência na vida humana que são identificadas, quando se investiga a vida cotidiana, destacando a importância do estudo das vivências pessoais, como forma prática de entender as ações humanas. Para Rüssen, o homem só pode viver em sociedade, quando são interpretadas as suas ações e intenções necessárias para suprir as suas carências, sendo a consciência histórica o discernimento das atitudes humanas em seu tempo. Com isso, podemos levantar a partir do estudo do conto questões em sala de aula como: Como eram constituídos os arranjos matrimoniais no conto? Quais as diferenças principais entre a Bela representada nos filmes da Walt Disney e a Bela descrita por Madame de Villeneuve? Quais os principais costumes da protagonista do livro? Por que a jovem

⁸³ RUSEN, Jorn. Pragmática- a constituição do pensamento histórico na vida prática in *Razão Histórica. Teoria da História* :fundamentos da ciência histórica. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1ªreimpressão, 2010, p. 82.

recusava se casar com a Fera? Qual a importância da união de Bela com a Fera para a sua família?

Com isso, ao estabelecer a necessidade da crítica histórica e a subjetivação do tempo a partir dos fatos como objetos, o autor se distancia da teoria cartesiana racional moderna e cria uma concepção de “consciência histórica” que vincula a teoria enquanto aprendizagem objetiva e a prática da crítica enquanto aprendizagem subjetiva, pesquisa de grande importância na tradição da Teoria Crítica a qual pertence.

De acordo com as propostas do BNCC para o 7º ano, podemos utilizar o conto e suas percepções sobre modernidade e iluminismo para abordarmos os desdobramentos sobre os conceitos de Idade Moderna, surgimento de Estados Nação e principalmente, o “Novo Mundo”. Ao questionarmos sobre as rupturas e permanências entre o mundo moderno e o medieval, conseguimos relacionar o processo de produção da obra, construída durante o século XVIII e as características da França moderna que se assemelham a estrutura dos castelos medievais e dos laços de servidão problematizados quando é estudado o feudalismo.

No entanto, é preciso delimitar aos discentes sobre as limitações do conto enquanto documento moderno, visto que a liberdade poética da autora compete às práticas da composição de uma literatura infanto-juvenil, cujo público alvo era as mulheres, sendo seu objetivo primordial conduzir a valorização da bondade, do caráter e da beleza interior à moral da história. Portanto, são criados o cenário e os personagens necessários para a confecção da narrativa desejada.

Utilizando o conhecimento histórico como ferramenta a serviço da compreensão das experiências humanas e da sociedade em que se vive, por meio de análises críticas sobre o passado e presente e de questionamentos, interpretações de documentos, levantamento de hipóteses a fontes e a contextos históricos específicos, concluímos ao aluno a “atitude historiadora” proposta pelos currículos nacionais de ensino, que os transformam em sujeitos do processo de ensino aprendizagem.⁸⁴ Para isso trabalhamos a história da mulher no conto a partir de inquietações presentes sobre o casamento e a liberdade de escolha, ao mesmo tempo em que pesquisamos sobre as relações de força e

⁸⁴BNCC disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf <acesso em 03/06/19>

poder constituídas ao longo da Idade Moderna que são questionadas por mulheres que lutavam por sua liberdade de escolha e pelo controle de seus corpos e bens.

Ao analisarmos as relações de gênero implícitas na obra, podemos compreender, conforme escreve Tomaz Tadeu Silva em *Documentos de Identidade*, a importância do desenvolvimento dos estudos multiculturais nos currículos para a desconstrução de conceitos consagrados pela historiografia tradicional.⁸⁵ O multiculturalismo como um movimento de reivindicações legítimas de grupos localizados principalmente em países do hemisfério norte, tem por objetivo reconhecer suas formas culturais e representá-las na cultura nacional. Outro importante fator a ser notado é a importância do multiculturalismo liberal ou humanista, na diluição de grupos radicais, conservadores e dominantes de cunho “étnico-racial”, uma vez que tal movimento, assim que empregado com a ajuda do estado, teria a função de expandir a tolerância e o respeito às diferenças a partir de trabalhos organizados com a inserção destes no currículo.

Para o autor os estereótipos profissionais e curriculares criados para o “feminino e o masculino” muitas vezes eram reforçados em livros didáticos que, ao invés de incluir as mulheres em uma luta pela igualdade, atrasava um movimento que colocava os direitos femininos no mesmo âmbito que os masculinos. Logo a pedagogia feminista buscava construir um ambiente que eliminasse o competitivismo e o individualismo em sala de aula, criando um local de estudo mais propício para o trabalho coletivo, comunitário e o cooperativismo, sendo então uma influência para as propostas curriculares.

Nesse conjunto, não proponho o estudo do feminismo no conto de fadas *A Bela e a Fera*, mas sim o questionamento em meio aos discentes, da caracterização de mulheres omissas e submissas aos seus maridos durante a modernidade a partir das inquietações impostas por Madame de Villeneuve a uma jovem de catorze anos que expõe suas angústias e receios mediante um casamento arranjado com um desconhecido misterioso.

⁸⁵ SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de Identidade*. Uma introdução as teorias do currículo. 3ª. Edição. Belo Horizonte: Autentica editora, 2013. (partes III e IV)

Com o intuito de construir uma “transposição didática”⁸⁶ uma boa maneira de trabalhar o conto em sala de aula seria implementar um grupo de leitura com os alunos que viabilize a educação para mulheres na Idade Moderna como temática em meio aos estudos internos, decorrentes da carga horária obrigatória do professor de História.

Para isso, a atividade extraclasse deve ser planejada junto à coordenação pedagógica, que contribuirá para o mapeamento da realidade dos alunos e da comunidade escolar. Realizada a pesquisa, convém aos professores organizarem uma lista de leituras que se pretende trabalhar com os discentes, e os objetivos almejados para cada uma delas, sempre dialogando com as aulas da disciplina de História.

No caso do conto, a atividade extraclasse seria dividida em duas partes. Na primeira o professor escolheria uma data para que acontecesse a discussão da obra, e os alunos, previamente deveriam ler o conto e fazer anotações que os remetessem ao conteúdo trabalhado em classe sobre Idade Moderna. Espera-se, portanto, que o aluno observe as relações aristocráticas e burguesas presentes no conto e associem-na com as alianças modernas entre o rei e a burguesia discutidas em sala de aula. Na segunda parte o professor e os alunos discutiriam suas primeiras impressões sobre a obra, devendo o docente nortear a discussão. Para isso, o professor pode separar do livro os trechos que mais dialogam com a temática de suas aulas, podendo utilizar o matrimônio para consolidar as aparições dos arranjos modernos como forma de mobilidade social. É importante lembrar, que proponho uma análise da versão de Madame de Villeneuve e para realizar a construção da consciência histórica, é válido relacionar a versão original do conto, com sua versão clássica, ou até mesmo cinematográfica, inspirando nos alunos questões sobre o destaque de uma obra em razão da outra e os motivos que fizeram com que isso ocorresse.

Com isso, a literatura como instrumento do ensino aprendizagem estimula o aluno a aprender sobre História de forma mais prazerosa e dinâmica, uma vez que a obra *A Bela e a Fera* compreende o a memória coletiva da maioria das crianças e adolescentes. A denúncia da autora consagrada em uma história mundialmente conhecida, porém, desprezada em detrimento da versão clássica, de Madame de Beaumont, demonstra como o questionamento do matrimônio com homens décadas mais velhos e a submissão

⁸⁶ CHEVALLARD, Y. *La Transposición Didáctica: del saber sabio al saber enseñado*. Editora Aique, Argentina, 1991.

da liberdade do corpo, dos bens e dos direitos individuais, enalteciam além da idealização de um casamento por amor, os problemas enfrentados pelas mulheres ao longo da modernidade. Ao resumir o conto não nos atemos apenas à redução de personagens da trama, mas sim a questionamentos importantes problematizados por uma mulher ainda na primeira metade do século XVIII.

Considerações Finais

A literatura infantil, produzida em contos consagrados durante a Idade Moderna por autores como Charles Perrault inscreveu valores, ideias, normas e condutas em obras que visavam construir uma sociedade moderna e “civilizada” que representasse não somente a adesão de uma nova classe social aos parâmetros da vida pública, mas que também influenciasse o comportamento popular a partir de condutas aristocráticas e burguesas.

Postulada a tradição oral dos contos encontramos diversos fatores que influenciam seus autores a escreverem em uma narrativa literária suas ideias a partir de estórias fantásticas que buscam constituir o cenário patriarcal do período moderno ao mesmo tempo em que consolidam valores por meio de morais que justificam a felicidade pela bondade e humildade.

Com isso, a sociedade civilizada deveria compor sua nação a partir da constituição familiar e cabiam aos contos, nortear os princípios base e a estrutura dessas famílias. Por anos as mulheres foram analisadas como passivas e submissas à lógica do casamento como seu único caminho rumo à felicidade eterna. Suas representações nos contos variavam entre protagonistas virtuosas e boas que conseguiam superar as barreiras impostas por sua condição social, através do matrimônio que transformava suas vivências, até então compostas por inúmeras dificuldades, em um recomeço repleto de estabilidade, prosperidade, enriquecimento e alegria.

A lógica burguesa de ascensão social e enriquecimento como sinônimo de satisfação é traduzida para as jovens mediante o casamento com um belo príncipe, que as salvariam da pobreza e das dificuldades impostas por ela, como representa o conto de Perrault, *Cinderela* ou *Sapatinho de cristal*. Contudo, na primeira metade do século XVIII, Madame de Villeneuve ao escrever *A Bela e a Fera* expressa um caminho em sua literatura até então não explorado por escritores masculinos: os receios de jovens que se casavam com homens anos mais velhos sem os conhecerem, tidos antes e durante o matrimônio.

A Bela e a Fera (1740) dessacralizou a fantasia do casamento perfeito abordado nos contos anteriores como ensejo de realização e desenvolvimento individual e familiar

das mulheres. O conto ao questionar os princípios do matrimônio e denunciar o sistema de arranjos em paradoxo com a partilha de seus bens e corpos propõe a formulação de recursos que levem as mulheres a lutarem por seu direito de escolha, mesmo que tal escolha seja a de seus maridos.

Os confrontos individuais debatidos pela jovem Bela não negam, a importância do casamento moderno e nem a domesticidade como campo onde habita o feminino, porém, questionam os empecilhos do matrimônio, na medida em que ressoa na narrativa as angústias de mulheres que o viam como um cárcere privado de direitos e prazeres individuais.

O medo, para Madame de Villeneuve, só pode ser remediado pela aceitação que, aliada às virtudes de uma “boa esposa”, tais como a bondade, a humildade, a beleza e a delicadeza, conduzi-la-iam a um destino fabuloso, porém, cercado de obstáculos, e para merecê-lo, não poderia “deixar-se levar pelas aparências”.⁸⁷

Em contrapartida com tal versão, a obra *A Bela e a Fera*, composta em 1756 por Madame de Beaumont, mantém a moral de aceitação para a construção de um casamento feliz, mas não explora os sentimentos e receios da protagonista tal como Madame de Villeneuve. Todavia, esta versão se consagrou como narrativa com maior número de publicações e edições, sendo inclusive adaptada para o universo cinematográfico Disney ainda no século XX.

Os fatores ideológicos que alçaram a versão do conto *A Bela e a Fera*, de Madame de Beaumont, em detrimento da versão de Madame de Villeneuve, conspiram em favor de uma cultura patriarcal, que se faz presente no século XVIII e corroborou para a perpetuação de uma narrativa com viés conservador, tradicional e arcaico. Com isso, sua reescrita compreende a adaptação do conto de acordo com os hábitos e práticas burgueses e aristocráticos, referentes à nobreza francesa, e confabula, portanto, em sua maior adesão pelos leitores populares levando hoje, ao esquecimento da versão original.⁸⁸

⁸⁷ BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda; [ilustração Walter Crane e outros]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2016. pp. 116

⁸⁸ OLIVEIRA, Anna Olga Prudente de; MARTINS, Márcia Amaral Peixoto. *A NOVA EDIÇÃO DOS CONTOS DE PERRAULT*: REGINA ZILBERMAN RESSIGNIFICA WALCYR CARRASCO. Cad. Trad., Florianópolis, v. 36, n. 1, p. 175-193, Apr. 2016.

Dessa forma, a literatura europeia do século XVIII, a partir do conto *A Bela e a Fera* (1740), analisado nesta monografia, entre outras obras também escritas por mulheres, contribui para a análise do matrimônio ao mesmo tempo em que nos possibilita desconstruir a unicidade do patriarcalismo como sistema de manipulação aceito sem questionamento pelas mulheres, quando se torna parte do imaginário⁸⁹ social. Com isso, a obra questiona um mundo de fantasia ensaiado e produzido pelos arranjos matrimônios, ao mesmo tempo em que é inserida em um gênero literário de obra fantástica: *animal bridegrooms*⁹⁰. Mesmo incorporando o universo mítico de fadas, bruxas, animais falantes e feitiços, o conto concede à protagonista assiduidade com seus princípios e valores morais próprios, sem perder a essência moralista que consiste em “não julgar pelas aparências”, mas sim cultivar virtudes tais como o amor e a bondade.

Referências

⁸⁹ LÉVI-STRAUSS, C & ERIBON, D. *De Perto e de longe*. São Paulo: Nova Fronteira, 1991. _____.
Mito y significado. Alianza Editorial: Buenos Aires, 1978

⁹⁰ LACERDA, Rodrigo. *A Bela e a Fera: Fontes e versões de uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

Fonte

BEAUMONT, M; VILLENEUVE, M. *A Bela e a Fera*. Tradução André Telles; apresentação Rodrigo Lacerda;[ilustração Walter Crane e outros].- 1. ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BEAUMONT, Mme Leprince de. *La Belle et la Bête et autres contes*. Paris: Éd. Larousse, 2011. (Coleção Petits classiques, 165)

Bibliografia

ABRAMOWICZ, Anete. *Contos de Perrault, imagens de mulheres*. Cad. CEDES, Campinas , v. 19, n. 45, p. 80-98, July 1998 .

AGUIAR, L.C. E; BARROS, K. M. *A Representação Feminina nos Contos de Fadas das Animações de Walt Disney: a Ressignificação do Papel Social da Mulher*. Intercom. R.N. 2015.

ALVES, Rodrigues Roosenbenrg. *Família Patriarcal e Nuclear: conceitos, características e transformações*. UFG/UCG, Goiania.2009

ANHEIM, Étienne e LILTI, Antoine. *Les savoirs de la littérature*. Annales. Histoires, Sciences Sociales,65e année, 2010.

ARAUJO, Maria de Fátima. *Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações*. Psicol cienc. prof. Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, junho de 2002.

AUSTEN, Jane. *Orgulho e Preconceito* (Tradução e notas Marcella Furtado). São Paulo: Editora Landmark, 2012.

BETTELHEIM, B. *A Psicanálise dos Contos de Fadas*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009 21º edição revista 437 p.

CAMILOTTI, Virginia e NAXARA, Márcia Regina C. *História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil*. História: Questões e Debates. Curitiba, n.50, jan.jun/2019

COSTA, Milton Carlos. *Duby: Uma Perspectiva Histórica sobre as Mulheres Medievais*.Revista Territórios e Fronteiras São Paulo:Vol. 5 n.1,p. 1-23,julho. 2012.

CHARBEL, Felipe. O historiador face à ficção. In: MEDEIROS, Bruno Franco et al. *Teoria e historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. In: *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

DARNTON, Robert. Censores em ação: os dentes falsos de George Washington . In: *Os dentes falsos de George Washington* São Paulo: Cia das Letras, 2005.

DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVIII*/ Natalie Zemon Davis; tradução Hildegard Feist. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997

DeJEAN, Joan E. *Antigos contra Modernos: as guerras culturais e a construção de um fim de século*/Joan deJean; tradução de Zaida Maldonado.-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

DELUMEAU, Jean, 1923. *História do Medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*/ Jean Delumeau: tradução Maria Lucia Machado; tradução de notas Heloísa Jahn. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Vol.2 Idade Média. Porto: Afrontamento, 1993-1995.

GALLAGHER, Catherine. Ficção. In: MORETTI, Franco (org.). *A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

GINZBURG, Carlo. “*Sinais: raízes de um paradigma indiciário*”. In: *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Paola Menna Barreto, (2000). *Princesas: produção de subjetividade feminina no imaginário de consumo*. Dissertação (Mestrado) - PPGEDU/UFRGS, Porto Alegre.

GOUBERT, Pierre Jean. *Família e saúde na França do século XVIII ao século XXI*. Rev. bras. crescimento desenvolv. hum. v.17 n.3 São Paulo dez. 2007.

HOUBRE, Gabrielle. *Como a literatura chega às jovens. - França, primeira metade do século. XIX*. In Tempo. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. - Vol. 5, n.º 9, Jul. 2000 - Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

JABLONKA, Ivan. *O terceiro continente*. ArtCultura. Uberlândia, v.19, n.35, jul.dez/2017.

LIEBEL, Silvia. *Ingratas e pérfidas Medeias! Infanticídio e normatização da sexualidade feminina na literatura de rua francesa dos séculos XVI e XVII*. Topoi .Rio J. 2015, vol.16, n.30, pp.182-202.

LACERDA, Rodrigo. *A Bela e a Fera: Fontes e versões de uma história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

MACHADO, Gisele. *OS CONTOS DE FADAS E A FORMAÇÃO MORAL DA CRIANÇA*. UNEB: Salvador, 2011.

MARTINS, Maria Cristina. "*E a Bela dançou...*": subvertendo o belo feminino dos contos de fadas. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 24, n. 1, p. 351-363.

MOTA, Guilhermina. *A Igreja, a Mulher e o Casamento no século XVIII. Mulher, Espírito e norma*. Actas do IV Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões. S. Cristóvão de Lafões, 2009, PP. 103-118.

MULLER, Andréa. *A Ficção Francesa e a Consolidação do Romance no Brasil*. UEPG/PG-UNICAMP.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*/Muriel Nazzari: tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Anna Olga Prudente de; MARTINS, Márcia Amaral Peixoto. *A NOVA EDIÇÃO DOS CONTOS DE PERRAULT: REGINA ZILBERMAN RESSIGNIFICA WALCYR CARRASCO*. Cad. Trad., Florianópolis , v. 36, n. 1, p. 175-193, Apr. 2016

SANTOS, Maria José Moutinho. *Perspectivas sobre a situação da mulher no século XVIII*. Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras. 1981. Mulher.

SHELLEY, Mary. Introdução da autora. In.: _____. *Frankenstein*. Porto Alegre: L&PM, 2019.

SOUZA, A. E. et. all. "*Quem ama o feio bonito lhe parece*": O cilo do novo animal nas narrativas féricas de a Bela e a Fera, de Jeanne- Marie Leprince, de Beaumont; A

Dama e o Leão, O Rei Sapo e Hans, O Ouriço dos Irmãos Grimm; e Entre as Folhas do Verde O, de Marina Colasanti. SEPEG. V.1. n.2, 2014.

PERROT, Michele. *Minha história de mulheres* (tradução Angela M. S. Côrrea). – São Paulo: Contexto, 2007

POPPI, Carolina. *Século XVII na França: Les Belles Infidelis, Racine e os Modelos dos Clássicos Antigos*. Non Plus, nº3.

TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 1992